

Ana Maria Filgueira Ramalho
(Organizadora)

Recife

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014



Oficina de Livros



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

Recife

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014

EQUIPE

Coordenação:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Orlando Alves dos Santos Junior.

Equipe Nacional:

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (*Coordenação*)
Orlando Alves dos Santos Junior (*Coordenação*)
Christopher Gaffney (*Coordenação*)
Carolina Pereira dos Santos
Erick Silva Omena de Melo
Juciano Martins Rodrigues
Patricia Ramos Novaes

Núcleo Recife:

Maria Ângela de Almeida Souza
(*Coordenadora Observatório das Metrôpoles/Recife*)
Ana Maria Filgueira Ramalho
(*Coordenadora da pesquisa em Recife*)
Germana Maria Santiago de Mello (*Pesquisadora*)
Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti (*Pesquisador*)
Raphael Cordeiro Pedrosa de Almeida (*Bolsista de apoio*)
Aline de Souza Souto (*Bolsista de apoio*)

Ana Maria Filgueira Ramalho
(Organizadora)

Recife

OS IMPACTOS DA COPA DO MUNDO 2014



Oficina **de Livros**



Observatório
das Metrôpoles
Instituto Nacional de
Ciência e Tecnologia

Copyright© Ana Maria Filgueira Ramalho (Org.), 2015.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e por escrito do(s) autor(es).

EDITOR
Ricardo Monteiro

DIAGRAMAÇÃO
Francisco Macedo

CAPA
André Mantelli

REVISÃO
Dos autores

R165r

Recife: os impactos da Copa do Mundo 2014/ organização de Ana Maria Filgueira Ramalho. – Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2015.
104p.; il: 15,5x23cm.

Inclui bibliografia
Inclui sumário
ISBN 978-85-61843-64-9

1. Copa do Mundo, 2014. 2. Recife – Copa do Mundo. 3. Jogos – Futebol. 4. Competição Internacional. I. Ramalho, Ana Maria Filgueira, 1965 - (org.).

CDD 796.334098134

Índice para catálogo sistemático: 1. Futebol: 796.3

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES - IPPUR/UFRJ
Coordenação Geral: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Av. Pedro Calmon, 550, sala 537, 5ª andar – Ilha do Fundão
Cep 21.941-901 – Rio de Janeiro, RJ
Tel/Fax 55-21-3938-1950
www.observatoriodasmetrolopes.net

OFICINA DE LIVROS EDITORA
Tel: (21) 2268-3497
atendimento@oficinadelivros.com.br

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Apresentação | 7 |
| <i>Orlando Alves dos Santos Júnior</i> <i>Christopher Gaffney</i> | |
| Introdução | 13 |
| <i>Ana Maria Filgueira Ramalho</i> | |
| CAPÍTULO I | |
| O planejamento e a gestão metropolitana para Copa do Mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife | 17 |
| <i>Ana Maria Filgueira Ramalho</i> | |
| CAPÍTULO II | |
| Copa das Confederações 2013 como experiência de megaeventos em Pernambuco | 63 |
| <i>Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti</i> | |
| CAPÍTULO III | |
| “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade e suas implicações na dinâmica territorial | 83 |
| <i>Germana Maria Santiago de Mello</i> | |

Apresentação

Orlando Alves dos Santos Junior

Christopher Gaffney

O projeto nacional “Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo e das Olimpíadas nas metrópoles brasileiras”, coordenado pelo INCT Observatório das Metrôpoles, teve como objetivo ampliar o espectro analítico sobre as transformações físico-territoriais, socioeconômicas, ambientais e simbólicas associadas a estes megaeventos. Especial ênfase foi dada à distribuição dos benefícios e dos custos nas diversas esferas que envolvem o processo de adequação da cidade às exigências infra-estruturais para a realização dos referidos eventos, partindo-se de um ponto de vista comparativo em relação a experiências internacionais similares anteriores.

Assim, combinando uma metodologia qualitativa e quantitativa, o projeto investigou as transformações urbanas ocorridas nas cidades-sedes onde se realizarão os jogos da Copa do Mundo e das Olimpíadas (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus e Cuiabá), bem como seus desdobramentos socioespaciais. Visando alcançar este objetivo, a análise se pautou pela utilização de quatro eixos interligados, quais sejam: (i) desenvolvimento econômico; (ii) esporte e segurança; (iii) moradia e mobilidade; e (iv) governança urbana.

A pesquisa evidenciou que os megaeventos esportivos no Brasil estão associados a implementação de grandes projetos urbanos e vinculados a projetos de reestruturação das cidades. Desta forma, não é possível separar a Copa do Mundo e as Olimpíadas dos projetos de cidade que estão sendo implementados. E isso se traduz no próprio orçamento que foi disponibilizado e nos investimentos realizados. A análise da pesquisa até o momento confirma a hipótese inicial de que associado aos megaeventos estaria em curso o que pode ser chamado de “nova rodada de mercantilização” das cidades, traduzida na eliti-

zação das metrópoles brasileiras associada à difusão de uma certa governança urbana empreendedorista de caráter neoliberal e do fortalecimento de certas coalizões urbanas de poder que sustentam esse mesmo projeto. É preciso registrar que esta é uma análise do ponto de vista nacional, que deve levar em consideração diferenças significativas entre as cidades-sede. O presente livro ressalta exatamente o resultado desta análise do ponto de vista do Recife.

No processo de preparação da Copa do Mundo, fica evidenciado que a gestão pública teve um papel central na criação de um ambiente propício aos investimentos, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações. Tais investimentos seriam fundamentais para viabilizar as novas condições de acumulação urbana nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a reestruturação urbana das cidades-sedes da Copa deve contribuir para a criação de novas condições de produção, circulação e consumo, centrada em alguns setores econômicos tradicionais importantes. Estes setores são, principalmente os de ponta e o setor de serviços, envolvendo o mercado imobiliário, o sistema financeiro de crédito, o complexo petrolífero, a cadeia de produção de eventos culturais (incluindo o funcionamento das arenas esportivas), o setor de turismo, o setor de segurança pública e privada, e o setor automobilístico. Este último, aquecido com as novas condições de acumulação decorrente dos (des)investimentos em transporte de massas.

Nessa perspectiva, o poder público tem adotado diversas medidas vinculadas aos investimentos desses setores, tais como: isenção de impostos e financiamento com taxas de juros reduzidas; transferência de patrimônio imobiliário, sobretudo através das parcerias público-privadas – PPPs – e operações urbanas consorciadas; e remoção de comunidades de baixa renda das áreas urbanas a serem valorizadas. De fato, a existência das classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços aos circuitos de valorização do capital vinculados à produção e a gestão da cidade. Efetivamente, tal obstáculo tem sido enfrentado pelo poder público através de processos de remoção, os quais envolvem reassentamentos das famílias para áreas periféricas, indenizações ou simplesmente despejos. Na prática, a tendência é que esse processo

se constitua numa espécie de transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital.

Além disso, no que diz respeito a governança urbana, percebe-se a crescente adoção dos princípios do empreendedorismo urbano neoliberal, nos termos descritos por David Harvey, pelas metrópoles brasileiras, impulsionada em grande parte pela realização desses megaeventos. Esse projeto empreendedorista de cidade que está em curso parece ser marcado por uma relação promíscua entre o poder público e o poder privado, uma vez que o poder público se subordina à lógica mercantil de diversas formas, entre elas, através das parcerias público-privadas. Mas esta não é a única forma de subordinação do poder público verificada. Por exemplo, a Lei Geral da Copa, replicada em todas as cidades-sedes tanto por meio de contratos firmados entre as prefeituras e a FIFA como por meio de leis e decretos municipais, expressa uma outra forma de subordinação, pelo fato do Estado adotar um padrão de intervenção por exceção, incluindo a alteração da legislação urbana para atender aos interesses privados.

Por tudo isso, parece evidente que as intervenções vinculadas à Copa do Mundo e às Olimpíadas envolvem transformações mais profundas na dinâmica urbana das cidades brasileiras. Com isso, torna-se necessário aprofundar a análise dos impactos desses megaeventos esportivos a partir da hipótese, aqui exposta, de emergência do padrão de governança empreendedorista empresarial urbana e da nova rodada de mercantilização/elitização das cidades. Este livro busca discutir estas hipótese à luz da experiência de Recife e contribuir para o enfrentamento dos processos em curso, na perspectiva da promoção do direito à cidade e da justiça social.

O presente livro está organizado em três artigos abordando diversas temáticas. O primeiro artigo, “O Planejamento e a Gestão Metropolitana para a Copa do Mundo de 2014: Construções e Desconstruções na Região Metropolitana do Recife”, escrito por Ana Maria Filgueira Ramalho nos traz uma reflexão sobre os processos de reestruturação territorial alcançados através de novos arranjos institucionais. No contexto da região metropolitana, o planejamento para o megaevento traz consigo situações “emergenciais” que são particulares ao evento em si. Este estado de emergência impulsiona a criação de coalizões políticas que atuam para liberar recursos públicos para

atender os interesses privados. Neste capítulo, Ramalho nos descreve uma conjuntura político-histórico-territorial na Região Metropolitana do Recife que pode ser considerada uma das mais ousadas e impactantes no Brasil. A criação da “Cidade da Copa” é assustador, cheio de contradições e ilegalidades. Esta cidade é em si um território de exceção, imaginado, projetado e criado por pessoas “diferenciadas”.

O segundo capítulo, “Copa das Confederações 2013 como Experiência de Megaeventos em Pernambuco”, escrito por Marcelo Allgayer de Holanda, nos traz uma reflexão sobre os investimentos feitos para sediar o megaevento em Recife e seus desdobramentos sobre o panorama esportivo. A criação de um estádio no subúrbio de São Lourenço da Mata é problematizado através de uma exploração dos times de futebol da cidade e suas respectivas infraestruturas. Vemos que a chamada Arena Pernambuco conta com financiamento público, e terá uma gestão (e lucros) privados, mesmo sem uma garantia que os principais times da capital Pernambucana jogariam ali. O modelo é o mesmo que vemos em outras cidades sedes. O estado financia empreendimentos esportivos sem o devido planejamento, entrega os novos espaços para empresas privadas e garante os lucros. No que se refere a esta temática, pode-se argumentar que um Estado que promove concessões, alterações legislativas e medidas administrativas de caráter excepcional, e se fecha para a participação da sociedade, corre o risco de abrir precedentes que ameaçam a própria democracia.

Em seguida, o capítulo “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa’: A (re) construção da imagem da cidade e a recente dinâmica territorial”, escrito por Germana Maria Santiago de Mello procura-se explorar as transformações na imagem da cidade São Lourenço da Mata localizada na zona oeste da Região Metropolitana do Recife. Em plena tentativa de mudar as dinâmicas territoriais da região, a implementação da Cidade da Copa, cujo ponto de lance é justamente a Arena Pernambucana, é apresentada como um projeto imobiliário que emprega o simbolismo da Copa para criar um ambiente favorável. Consistente com outras cidades-sedes Germana nos apresenta com uma outra tentativa de consolidar um modelo de governança que privilegia o mercado imobiliário ao detrimento dos interesses públicos.

Em síntese, como o leitor poderá observar através da leitura dos artigos, pode-se dizer que a Copa do Mundo não representa uma

inflexão nos trajetória política da Região Metropolitana do Recife, que já vinha vivenciando uma transição na adoção de modelos neoliberais de política urbana. Mas representa uma aceleração e aprofundamento nesta direção. A política urbana metropolitana, sustentada na aliança entre as várias prefeituras da região e o Governo do Estado, parece estar caminhando na direção da elitização da cidade, sustentada em uma coalizão de poder que subordina o interesse público à lógica do mercado. Ao mesmo tempo, observa-se diversos processos de resistência e contestação que questionam este modelo e reivindicam uma cidade mais justa e democrática.

O projeto desenvolvido pela Rede Observatório das Metrôpoles contou com uma rede de pesquisadores e o engajamento de diversas instituições de pesquisa e universidades espalhadas pelo país. Em Recife, através do Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais, núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pernambuco, que reúne por cooperação técnica os Programas de PósGraduação em Geografia e em Desenvolvimento Urbano e a FASE-PE e se vincula à rede Observatório das Metrôpoles.

O projeto contou com o apoio nacional da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, a quem a equipe do projeto agradece, e sem o qual não seria possível desenvolver tal estudo. Além disso, cabe um agradecimento especial aos Comitês Populares da Copa, organizados nas cidades-sedes, e a Articulação Nacional dos Comitês Populares (ANCOP), que se constituíram em interlocutores privilegiados dos resultados da pesquisa ao longo do seu desenvolvimento.

Introdução

Ana Maria Filgueira Ramalho

Após um pouco mais de dois anos de muito trabalho e de muitas reflexões, resultado de uma pesquisa que, pelas suas especificidades e peculiaridades, pode ser considerada mega, encontram-se reunidos neste livro os principais impactos da Copa do Mundo de 2014 em Recife, uma das 12 cidades-sede eleitas para o megaevento esportivo e para a Copa das Confederações de 2013.

No início desta pesquisa, em 2011, pouco se sabia e se imaginava sobre as proporções da Copa em Recife, ao mesmo tempo em que muito se anunciava como possível legado, o que levava a população a festejar sobre o megaevento na cidade. Mas o processo de construção estava apenas começando quando se viu que em Recife ele teria dimensões regionais. Uma vez que a cidade sede eleita foi a capital pernambucana, mas a arena esportiva essencial para o megaevento foi construída no município de São Lourenço da Mata, além de que as outras obras anunciadas como legado encontram-se em outros municípios metropolitanos. Essas características implicaram em levantar dados para a pesquisa em mais de um município além do Recife, ampliando assim, a extensão do nosso trabalho.

Na fase de preparação da pesquisa houve o entendimento por parte dos pesquisadores de que os impactos relacionados à Copa ocorreriam em três momentos distintos: antes, durante e após a Copa do Mundo. O primeiro momento – antes – significava em identificar os impactos na fase de preparação da cidade e da região para receber o mundial. Nessa fase seria possível verificar as transformações urbanas através de projetos de infraestrutura e de mobilidade, além da construção da arena esportiva, e os impactos imediatos que estas obras implicavam. Na fase que consideramos – durante – teríamos a oportunidade de mensurá-los parcialmente, já que ocorreriam durante os dias da Copa das Confederações, onde seria possível verificar o funcionamento das

novas estruturas criadas e dos impactos relacionados ao turismo, já que este é um dos principais legados apontados que justificariam tal evento. E, na última fase, após a Copa, os impactos só serão possíveis de perceber e mensurar ao longo dos anos que se seguem. Impactos esses que ainda estão por vir, cujos efeitos – positivos e/ou negativos – são incalculáveis e imprevisíveis.

Em virtude dessa definição, o recorte temporal da pesquisa ocorreu entre o período de preparação da cidade-sede e da região envolvida com as obras relacionadas à Copa até as repercussões após a Copa das Confederações, e os acertos finais para a Copa do Mundo de 2014. A partir de então, foi possível associarmos as fases de investigação da pesquisa aos eixos analíticos elencados pela matriz metodológica definida pelo Observatório das Metrôpoles, que orientou a pesquisa, e os quais foram possíveis de investigar para a realidade de Recife, sendo eles: governança urbana e metropolitana, mobilidade, reconfiguração socioespacial, parcerias entre o setor público e o setor privado, acesso ao esporte e ao lazer, e dinâmica imobiliária.

Como tudo que era novo, muito havia de ser desvendado. E coube a nós ir atrás de dados e informações quando estudos mais específicos ainda não existiam. Dessa forma, a pesquisa foi ocorrendo à medida que as obras, as discussões, os preparativos para sediar a Copa aconteciam. Para isso, a melhor forma de coletar e analisar os dados seria participando ativamente desse processo. Passamos a participar das reuniões promovidas pelos órgãos responsáveis pela Copa em Recife (quando nos foi permitido esse acesso), dos eventos que ocorriam na cidade sobre o tema, das reuniões do Comitê Popular da Copa, além de entrevistas e solicitações formais aos órgãos públicos envolvidos nessa empreitada, e do acompanhamento cotidiano do que era publicado nos jornais, sites governamentais, entre outras notícias que iam surgindo e, especialmente, através de visitas sistemáticas aos municípios que passavam por algum tipo de intervenção, acompanhando as obras e as transformações que delas decorriam. Essas visitas nos permitiram conhecer de perto os moradores diretamente atingidos por essas obras e os problemas por eles enfrentados.

Esse contato foi fundamental para a realização deste trabalho, talvez por ter sido nesse momento quando constatamos tão de perto a real fragilidade de comunidades pobres diante de estruturas tão

poderosas. Situação essa que nos permitiu sair um pouco do papel de pesquisadores para tornar-nos parceiros da indignação pela qual passavam essas pessoas, quase invisíveis para os gestores e até para parcelas significativas da sociedade que ainda se mostram surpresas ao serem informadas de que as obras em Recife e municípios vizinhos promoveram desapropriações e violaram direitos. Por certo, estas ações dificultaram o entendimento do que é considerado como legado.

Em muitas situações o sentimento de impotência predominou. Especialmente quando nos deparamos com tantas histórias tristes, relatadas por pessoas frágeis economicamente e desprotegidas pelo próprio estado e que, de alguma forma, nos viam como uma forma de denunciar o que vinham passando.

Ao término da pesquisa, podemos concluir que a Copa em Recife tem vários significados, entre eles destacamos: produção de um novo processo de reconfiguração urbana, na qual a gentrificação, a violação aos direitos humanos e o padrão de exceção marcado pelo poder público são centrais; produção de um novo padrão de governança empreendedorista na metrópole, associado ao processo de neoliberalização das cidades; produção da elitização do futebol, interferindo na cultura do futebol pernambucano e dificultando o acesso ao esporte; e que o modelo de cidade advinda da Copa em Recife busca consolidar uma nova imagem da cidade, para atender aos interesses imobiliários e, conseqüentemente, criar-se uma nova dinâmica urbana.

Destaca-se que se tentou trazer os dados mais próximos da realidade, e como a Copa ainda é um processo em andamento, os dados e análises ainda são inesgotáveis. Os resultados iniciais estão explicitados neste livro, os quais se encontram apresentados em três capítulos: O primeiro capítulo – “O planejamento e a gestão metropolitana para copa do mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife” (Ana Maria Filgueira Ramalho); o segundo capítulo – “Copa das Confederações 2013 como experiência de megaeventos em Pernambuco” (Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti); e o terceiro capítulo – “‘São Lourenço da Mata, Cidade da Copa’: A (re) construção da imagem da cidade e a recente dinâmica territorial” (Germana Maria Santiago de Mello).

Por fim, agradecemos a todos que contribuíram para a realização desta pesquisa, a qual dedicamos a Dona Maria Anunciada, moradora

do bairro de Cosme e Damião, no Recife, ao Sr. Gerônimo, morador do Loteamento São Francisco, em Camaragibe, e a muitas outras Marias e Joãos, cidadãos comuns que tiveram suas casas demolidas, suas vidas remexidas em função de obras justificadas pelo legado proporcionado pela Copa do Mundo. E, esperamos que os resultados desta pesquisa contribuam para maiores reflexões sobre os megaeventos nas cidades brasileiras, e, especialmente, para que se possa construir uma consciência mais crítica sobre o que é o legado para uma cidade sede, o qual entendemos que só ocorre quando se amplia e se consolida o direito à cidade para todos os cidadãos.

CAPÍTULO I

O planejamento e a gestão metropolitana para a Copa do Mundo de 2014: construções e desconstruções na Região Metropolitana do Recife

*Ana Maria Filgueira Ramalho*¹

Introdução

As cidades brasileiras nas últimas décadas vêm passando por processos de reestruturação urbana pautados em novos conceitos denominados de empreendedorismo urbano ou *city marketing*, que resultam na venda da cidade, processo esse denominado por Harvey (2001) de produção capitalista do espaço. A característica do empreendedorismo urbano tomou como base que os governos urbanos tinham de ser mais inovadores e empreendedores. Entre outras coisas, baseia-se na negociação do capital financeiro com os poderes locais, que buscam maximizar a atratividade local como chamariz para o desenvolvimento capitalista.

As intervenções pautadas nas estratégias do empreendedorismo urbano se baseiam em algumas questões: primeiramente, fazem parecer como se as cidades pudessem ser agentes ativos, quando são simples coisas; também, têm como elemento principal a noção de parceria-público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico de caráter especulativo e não planejados, o que muitas vezes implica que o setor público assume os riscos e o setor privado fica com os benefícios; e o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar que a do território. Ou seja, o território está atrelado a projetos de moradia, educação etc., com o obje-

¹ Arquiteta e urbanista, Pós-Doutora em Desenvolvimento Urbano, Coordenadora da pesquisa local Núcleo Recife/UFPE, Professora do curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade Damas.

tivo de melhorar as condições sociais da população. No lugar, se vende a melhoria da imagem da cidade justificada como uma maneira de obter benefícios para a população do território (HARVEY, 2001).

Também o argumento da impossibilidade de prever e planejar o futuro face à desordem e à complexidade crescente das dinâmicas social, espacial e econômica dos grandes centros levou à crítica radical dos instrumentos tradicionais do urbanismo moderno, depositando assim, no mercado, a expectativa de reestruturação urbana, caracterizada pelos projetos de caráter pontual e pela flexibilidade de controle público sobre o uso e ocupação do solo (COMPANS, 2005). Com base nesta perspectiva, a gestão urbana planeja a cidade para o mercado (e com o mercado), que fica responsável pela criação de projetos de reestruturação urbana, que são justificados pelo viés do desenvolvimento econômico e da promoção da qualidade de vida da população.

As estratégias para a reestruturação urbana são pautadas nas atrações para o consumo e entretenimento. Conforme pensamento de Harvey (2001), a cidade tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para viver ou visitar, para divertir-se e consumir.

E é através da promoção de grandes eventos que pode se consolidar uma das principais estratégias utilizadas pelos gestores urbanos na busca de maior atração de capitais, os quais passam a orientar o ordenamento territorial das cidades sedes.

De acordo com Vainer (2012), grandes processos de reestruturação urbana têm significado vários impactos, de maiores ou menores escalas, e têm levado a uma “cidade de exceção”. Essa cidade de exceção não nasce com um megaevento. A constituição de um novo regime urbano se exacerba nas conjunturas de um megaevento. Seu fundamento não é o megaevento esportivo, mas é no megaevento esportivo que esse regime fica mais evidente, e passa a ter grandes chances de se consolidar.

Dentro desse contexto, este artigo tem como propósito analisar os impactos relativos ao planejamento e à gestão urbana/metropolitana para receber o megaevento esportivo – a Copa de 2014 – na Região Metropolitana do Recife, e busca evidenciar que a Copa em Recife alterou o projeto de cidade em curso, adotando um modelo de reestruturação urbana que tem implicado na construção de uma nova centralidade metropolitana, construindo uma nova imagem de cidade, e na desconstrução de direitos, de memórias, de histórias ...

1. A construção de novo planejamento e nova gestão metropolitanos diante da copa de 2014

O Brasil, no ano de 2007, comemorou ao ter a confirmação da FIFA de que a Copa do Mundo seria realizada aqui, no país do futebol. Em 2009 foi a vez do Recife ter a sua confirmação de ter sido escolhida entre as 12 cidades sedes da Copa de 2014. Mas a grande comemoração veio mesmo da população de São Lourenço da Mata, município vizinho e integrante da Região Metropolitana do Recife/RMR, uma vez que o local escolhido para a construção da arena esportiva localiza-se em seu território. O município, com um pouco mais de 100 mil habitantes e com baixos indicadores socioeconômicos, via nessa escolha uma grande oportunidade para o seu desenvolvimento, baseado no discurso do legado que um evento desse porte deixa para uma cidade ou país que o sedia.

Antes dessa decisão, o Governo de Pernambuco, condutor do processo da Copa em Recife, buscou outras alternativas locacionais, mas a decisão por São Lourenço da Mata foi justificada pela oportunidade de desenvolvimento da Região Metropolitana Oeste, onde fica o município, já que ao longo de décadas todos os principais investimentos na RMR se deram sempre em torno do litoral, propiciando melhores oportunidades de desenvolvimento ao Sul e ao Norte metropolitanos. Outro forte argumento, e talvez o mais significativo, é de que a localidade escolhida, de 247 ha, pertencia ao governo estadual, e dessa forma não teria custo de desapropriação, acrescido do fato de se construir um novo estádio, ou melhor, uma arena esportiva. Já que em Recife, apesar de haver três grandes clubes de futebol, o governo estadual argumentou que os custos para reformá-los de acordo com as exigências da FIFA seriam inviáveis, além de não existir nenhum estádio público na cidade.

No entanto, uma peculiaridade do projeto da Copa em Recife foi a decisão de construir um bairro planejado, denominado “Cidade da Copa”, com uma estimativa de absorver aproximadamente 100 mil novos habitantes (mesmo número de habitantes do município) em toda a gleba, que era pública. A área tornou-se atrativa pela localização central na RMR, no centro de quatros municípios metropolitanos - Recife, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, além de São Lourenço da Mata; fácil

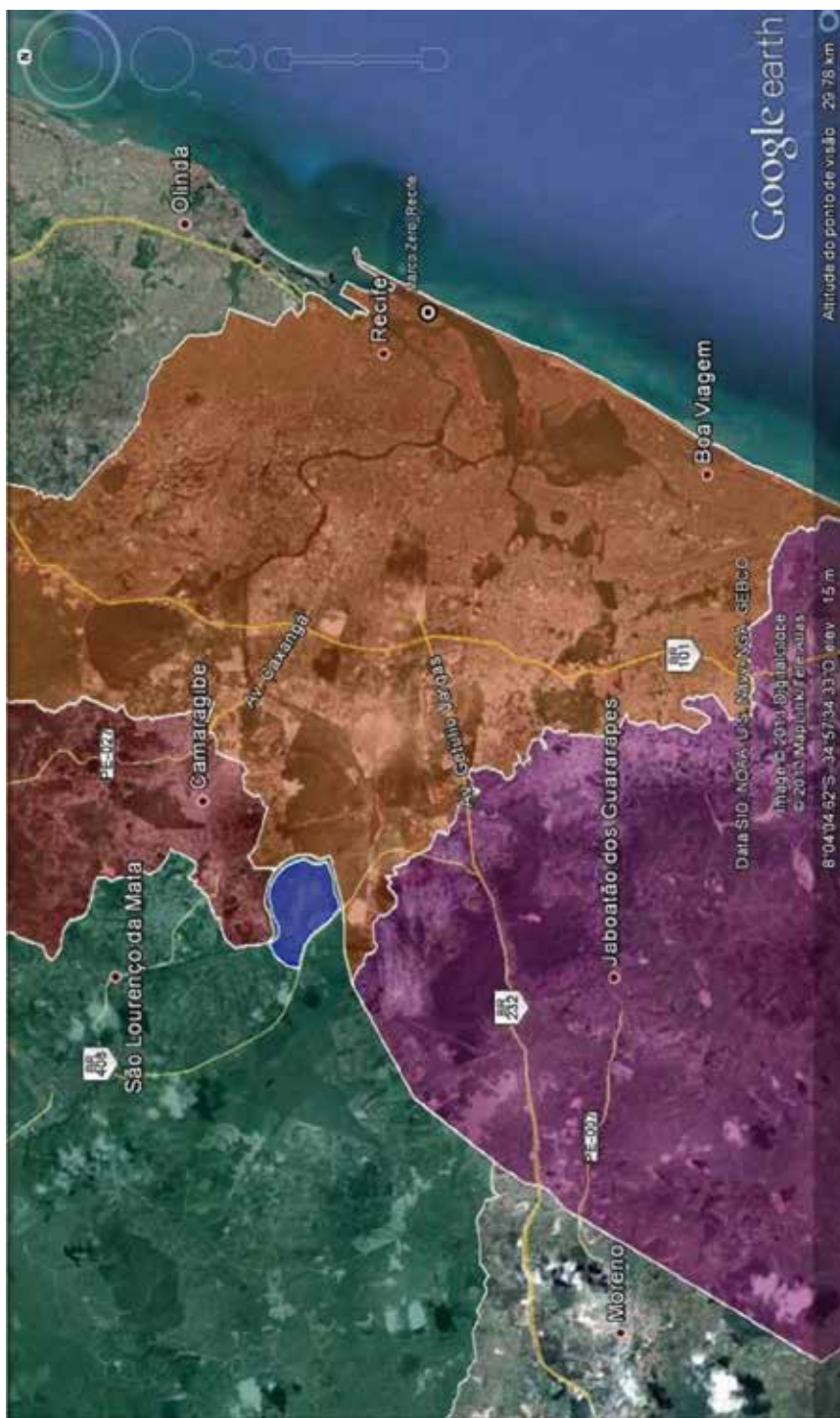
acessibilidade e mobilidade – às margens da BR 408 e da linha de metrô; área potencial de adensamento e expansão urbana; potencial paisagístico – às margens do Rio Capibaribe, de matas e morros; viabilidade econômica – interesse da iniciativa privada. Tomando como referência estes critérios, foi proposta uma reestruturação urbana para a região através de um conjunto de intervenções físicas construídas segundo o conceito de Operações Urbanas Consorciadas.

Apesar de se localizar em território de São Lourenço da Mata, a Cidade da Copa está distante do centro urbano do município e mais próxima da área urbana dos municípios de Camaragibe e do Recife, onde se encontram comunidades com padrões socioespaciais de baixa renda separadas da Cidade da Copa apenas pelo Rio. A denominação desse lugar de “Cidade da Copa” pareceu uma tentativa de desassociar essa “nova cidade” do entorno pobre, cuja reconfiguração urbana se pautará através dos novos empreendimentos previstos na tentativa de, se construídos, mudar as faces da região formando-se essa nova centralidade, conforme mostra a Figura 1, a seguir.

Ao longo dos anos, a área do terreno da Cidade da Copa sofreu algumas modificações quanto aos usos inicialmente previstos. No primeiro plano metropolitano para a região, ainda na década de 70, a área foi desapropriada pelo estado para construir uma Central de Distribuição de Cargas junto a outros equipamentos urbanos que já tinham como propósito o desenvolvimento da região Oeste metropolitana, que sempre foi a região com os piores indicadores socioespaciais². Mas a implantação desses empreendimentos não foi adiante. E por se encontrar sem função, com o passar dos anos uma parte da área foi ocupada com habitações e pequenos sítios. Com esse novo uso, os novos projetos metropolitanos passaram a consolidar a tendência existente, a habitacional, chegando a ser elaborado pela esfera estadual um projeto de conjunto habitacional de interesse social denominado Conjunto Rivaldo Ferreira, mesmo nome da comunidade que ali residia.

2 De acordo com estudos da Agência Condepe/FIDEM, o conjunto dos municípios do oeste metropolitano, se comparados ao conjunto dos municípios ao sul e ao norte, localizados na faixa litorânea da RMR, apresentam os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), menores taxas de Produto Interno Bruto (PIB) e um crescente déficit habitacional da região (FIDEM, Oeste metropolitano, 2011).

Figura 1: Limites Municipais, com destaque para a localização da “Cidade da Copa”, em azul



Fonte: Arquivo Observatório das Metrópoles/Núcleo Recife. Montagem sobre imagem Google Earth, DigitalGlobe 2010.

Com base nessa tendência de ocupação, o município consolida esta gleba, no seu Plano Diretor de 2006, como Zona Especial de Interesse Social do tipo 2, cuja finalidade é a regularização fundiária dos imóveis existentes e a implantação de conjuntos habitacionais de interesse social. Mas, com a decisão da utilização da área para a instalação da arena e da Cidade da Copa, os planos e as legislações foram sendo modificados.

O projeto inicial da Cidade da Copa, que tem a arena esportiva como seu elemento âncora, foi elaborado inicialmente pelo Núcleo Técnico de Operações Urbanas/NTOU, ligado ao governo estadual. A proposta previa a construção aproximadamente de 10.500 moradias, a maioria em edifícios de até 3 pavimentos, além de casas térreas, comércio, serviços e equipamentos comunitários. Para efetivação dessa cidade, o Plano Diretor sofreu alterações, conforme será tratado adiante.

Com o anúncio que o Governo Federal entraria com cerca de 500 milhões de reais para investimentos na Cidade da Copa, houve um súbito interesse da iniciativa privada em participar desse projeto, deixando toda a equipe técnica do NTOU afastada do processo, o qual foi todo reformulado. E a partir de então, o projeto da Cidade da Copa ficou sob a responsabilidade do grupo privado Consórcio Arena Pernambuco, constituído pela Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A.

O Consórcio optou por um projeto bem mais arrojado e de maiores impactos do que o anterior. Para tal, contratou o escritório americano Aecom para elaboração de um plano urbanístico, em parceria com o grupo AEG Development, que desenvolveu o projeto imobiliário.

A proposta da Cidade da Copa foi inspirada na cidade de Minato Mirai, distrito de Yokohama, conhecida como a primeira cidade inteligente do Japão, que conta com um sistema de calefação e ar condicionado central servindo a quase 90 mil pessoas, além de gestão automatizada do consumo de energia elétrica, museus, casas de espetáculo e áreas verdes. A cidade foi erguida há mais de 30 anos no entorno do porto de Yokohama, com o propósito de atrair empresas e criar empregos, já que era praticamente uma cidade dormitório de milhões de pessoas que trabalham em Tóquio. Em Recife, o empreendimento está sendo desenvolvido em torno da arena esportiva e o “cérebro” da cidade ficará sob a responsabilidade de empresas transnacionais como a Cisco, Nec e Ericsson, com as quais o Consórcio

firmou parceria para a elaboração de uma central de controle que vai monitorar desde a segurança até o fluxo de veículos e o consumo de energia, e de acordo com a gestão estadual:

Pernambuco marcou um verdadeiro gol de placa: nos próximos 25 anos, será implantado na zona Oeste da Região Metropolitana do Recife um projeto imobiliário complexo, dotado do que é mais moderno em termos de tecnologia, que reordenará a urbanização da RMR (PERNAMBUCO, 2013).

Tal qual a cidade japonesa, a Cidade da Copa em São Lourenço da Mata é anunciada pelos seus empreendedores como a primeira *SmartCity* da América Latina. Além da construção da arena multiuso com capacidade para 46 mil pessoas, no megaprojeto estão previstos os usos habitacional, entretenimento e negócios, centro de convenções e feiras, e campus universitário. Conforme seus idealizadores, a cidade se estrutura em 4 pilares: “conveniência, segurança, eficiência e sustentabilidade”. E conforme proposta, ela terá “lugar para morar, trabalhar, aprender e se divertir” (ODEBRECHT, 2012).

Construída em etapas, essa cidade inteligente prevê a construção, entre outros equipamentos, de 4,5 mil unidades habitacionais, a Arena Pernambuco, uma arena indoor, parques, centro de convenções, shopping center, campus universitário, torres de escritórios e prédios públicos. Uma cidade inteligente possibilita um modelo diferenciado de qualidade de vida para seus moradores e visitantes. A partir do uso da alta tecnologia, a estrutura urbana é transformada em um local agradável, eficiente, seguro e sustentável. E ela pode ajudar muito no sentido da inclusão, já que essas vantagens não ficarão restritas à Cidade da Copa, podendo ser ampliadas para a sua vizinhança. É um projeto audacioso e inovador, que contribuirá para construirmos um Pernambuco melhor (PERNAMBUCO, 2013).

Sendo assim, este lugar, ora em construção, mostra-se com amplas ambições ao ser anunciado como o principal legado que a Copa deixará para Pernambuco, e um dos principais legados da Copa para o Brasil, e tem como tempo previsto de construção até o ano de 2025.

Há vários legados, como a modernização do sistema viário metropolitano e a visibilidade nacional e internacional que o Estado ganhará. Mas entre eles, o maior legado é a Cidade da Copa (onde se localiza a Arena Pernambuco), um projeto imobiliário planejado e construído dentro das concepções urbanísticas mais avançadas. A Cidade da Copa cria um novo vetor de crescimento econômico e avançamento populacional a Oeste da Região Metropolitana – não se trata apenas de um novo estádio de futebol – e por isso é apontado pela FIFA como um dos principais legados da Copa no Brasil (PERNAMBUCO, 2014).

Figura 2. Projeto Cidade da Copa elaborado pelo NTOU.



Fonte: NTOU, 2008.

Figura 3. Projeto Cidade da Copa elaborado pelo Consórcio (em execução).



Fonte: Consórcio Arena Pernambuco, 2011.

A Cidade da Copa e a Parceria Público Privada – PPP

A viabilidade do projeto ocorre através da Parceria Público Privada – PPP, na modalidade Concessão Administrativa, licitada em junho de 2010, entre o Governo do Estado de Pernambuco (Poder Concedente) e o Consórcio Cidade da Copa, constituído pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A. (Concessionária). O Consórcio vencedor constituiu a Sociedade de Propósito Específico – SPE, Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A. Toda a área da Cidade da Copa (aproximadamente 200 ha) que pertencia ao Estado foi cedida ao consórcio, em troca do mesmo construir a arena onde ocorrerão os jogos da copa. A construtora terá ainda direito de exploração do uso da arena por 33 anos. Após esse prazo, a arena será devolvida ao Governo Estadual para

que o mesmo possa renegociar o direito de exploração do uso com um novo empreendedor. Já a área da Cidade da Copa, destinada à exploração imobiliária, onde são previstos edifícios residenciais e empresariais, uma arena indoor, shopping center, centro de convenções, entre outros empreendimentos, conforme já mencionados, será transferida para o Consórcio através de uma cessão definitiva.

A modelagem econômico-financeira do empreendimento baseia-se nas seguintes premissas:

- a) Os principais clubes da capital do Estado – Sport, Náutico e Santa Cruz - deverão jogar seus melhores jogos na Arena, totalizando o número de 60 (sessenta) jogos por ano;
- b) A receita a ser auferida referente a venda dos bilhetes de Público Geral, descontada dos custos para realização das partidas e de bilhetagem relativas à viabilização desta mesma receita, será dos clubes e não será considerada como receita da Concessionária. O parceiro privado construirá a Arena no prazo de 3 anos e operá-la pelo período de 30 anos (TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO, 2011).

Ao término dos 33 (trinta e três) anos do contrato, a Arena passará (em reversão) ao Estado de Pernambuco. Durante os 30 anos de operação da Arena, a Concessionária terá um recebimento mensal de uma contraprestação pecuniária paga pelo Estado. A contraprestação se faz necessária para complementar as demais receitas provenientes do empreendimento que não são suficientes para dar sustentabilidade financeira ao projeto (TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO, 2011).

A receita da Concessionária será composta por:

- Receita Principal: Contraprestação Pecuniária a ser paga pelo Estado de Pernambuco ao parceiro privado;
- Receita Operacional: auferida com a exploração da arena (camarotes e demais produtos premium);
- Receitas Adicionais: obtidas com atividades complementares à atividade principal da Arena (propaganda, lojas, estacionamento e outras);
- Receita Acessória: obtida com a exploração imobiliária da Cidade da Copa (TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO, 2011).

O Governo do Estado também realizará o ressarcimento de parte do investimento realizado para a construção da arena no primeiro ano de operação da mesma (2013), assumindo os encargos de um empréstimo tomado pelo parceiro privado junto ao BNDES referente à linha de financiamento para reformas e construções de arenas nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 (TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO, 2011).

Outras questões foram objeto de questionamentos sobre a PPP, resultantes de auditoria especial realizada em dezembro de 2011 pelo Tribunal de Contas de Pernambuco na Secretaria Extraordinária da Copa – SECOPA, a saber:

- **Ausência de orçamento detalhado do custo de construção da Arena.** Assim, não é possível verificar se o preço da construção da Arena se encontra, ou não, superfaturado ou mascarado.
- **A insegurança na projeção das receitas operacionais.** As receitas operacionais advindas com a exploração dos camarotes e produtos Premium da Arena, corresponde a 78% dos ingressos financeiros projetados em estudos relativos à projeção da demanda de 60 jogos dos três grandes clubes pernambucanos. O que tornaria ineficaz o contrato pelo fato de vincular a adesão de três entes privados como condição indispensável para a viabilização econômico-financeira do empreendimento. No termo aditivo posterior foi retirada a cláusula que colocava essa condição, e passou a vigorar aquela que diz que o Estado de Pernambuco assume o risco de ter de pagar uma contraprestação pecuniária adicional, caso o somatório das receitas operacionais e adicionais não chegue a 50%, Condição essa que deixa o Estado de Pernambuco ameaçado de arcar com um elevado ônus financeiro.
- **A Obscuridade na estimativa das receitas acessórias.** O fluxo de caixa da PPP prevê uma receita acessória proveniente da exploração do projeto imobiliário (Cidade da Copa). A receita advinda do referido projeto é estimada em 30 milhões de reais a serem capitalizados durante 10 anos de sua implantação, em um terreno que será transferido do Governo do Estado para a Concessionária em caráter definitivo. No entanto, na PPP não fica claro qual a natu-

reza, a complexidade e o porte dos investimentos que a Concessionária almeja realizar em terreno cedido, nem a sua lucratividade. Além de que, a PPP não prevê nenhum mecanismo que permita acompanhar e aferir a real rentabilidade do projeto imobiliário a ser implantado, nem estabelece critérios condições para a divisão dos lucros excedentes, porventura verificados.

- **A Inconsistência da análise de “Value for Money” do empreendimento**³. As premissas consideradas na análise de Value for Money estão com as mesmas imprecisões que constam nos estudos de viabilidade econômico-financeira da PPP, especialmente no que se refere à ausência de orçamento detalhado que comprove o custo real de execução da Arena e da obscuridade das receitas advindas do empreendimento imobiliário. Além de que, na análise da contratação no modo tradicional não se levou em consideração as despesas com a construção da Arena nos primeiros 3 anos do contrato. Não foram previstas quaisquer despesas ou receitas no fluxo de caixa do projeto, tal como se a Arena fosse construída para ser utilizada exclusivamente durante a Copa do Mundo. O fluxo de caixa da opção pelo modo tradicional também não levou em consideração as eventuais receitas que o Estado poderia obter advindas da negociação do terreno adjacente à Arena, tal como previsto na modelagem proposta para PPP (TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO, 2011).

Após os questionamentos do inspetor do Tribunal de Contas, tanto o Governo do Estado quanto o Consórcio Arena Pernambuco emitiram seus argumentos. Por última análise, o relator do processo o julgou regular com ressalvas, as quais ficariam submetidas a uma nova análise quando da entrega do empreendimento. Pois foi alegado que os prejuízos para a sociedade seriam maiores caso parasse a construção da Arena no momento da auditoria, do que deixar ser construída com tais inconsistências. E que no futuro, caso haja irregularidades, os envolvidos serão responsabilizados.

³ A análise de “Value for Money” deve ser feita antecipadamente pelo Poder Público para subsidiar a decisão de se utilizar a PPP. A “Value for Money” consiste em uma comparação quantitativa e qualitativa de contrato de PPP e um contrato tradicional, para demonstrar que a relação custo-benefício decorrente de uma PPP é mais vantajosa para a sociedade do que a prestação direta dos serviços pelo Estado.

Atualmente, já começam a ser percebidos os impactos econômicos dessa parceria, ao se estimar que o governo estadual terá que bancar aproximadamente um valor de R\$ 36 milhões por ano, pelo fato de só o Clube Náutico Capibaribe ter assinado contrato com o Consórcio. E dessa forma, a receita estimada inicialmente não poderá ser alcançada, cabendo ao governo estadual o financiamento para o equilíbrio financeiro.

Se a receita for abaixo de 50% do projetado (ou seja, abaixo de R\$ 36,6 milhões), **o governo banca sozinho o prejuízo** até ser alcançada a banda mínima da receita de R\$ 73,2 milhões. A mudança foi para compensar a dificuldade de se cumprir a premissa fundamental da PPP licitada pelo governo: a de levar para São Lourenço da Mata 60 jogos por ano, a soma das 20 melhores partidas anuais do Santa Cruz, Náutico e Sport (Jornal do Comércio, 30/04/2013, grifos nossos).

Outro aspecto importante a ser destacado é que só em maio de 2014 o Projeto de Lei de número 1973/2014 segue para aprovação da Assembleia Legislativa de Pernambuco, para autorizar o Estado de Pernambuco a conceder o direito real de uso da gleba da Cidade da Copa em propriedade plena, para o Consórcio Arena Pernambuco, quando desde 2010 a referida gleba já fazia parte do balanço econômico financeiro da PPP. Destaca-se também que só nesta ocasião, os deputados tomaram conhecimento e questionaram a constitucionalidade do projeto do governo, de doar um bem público para um empreendimento privado, a Cidade da Copa, quando a PPP já colocava esta condição desde 2011.

Marcado pelo questionamento de sua constitucionalidade, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Assembleia Legislativa recebe, nesta terça (13), a partir das 10 horas, o procurador-geral do Estado, Thiago Norões, que vai esclarecer o projeto de lei (nº 1973/2014) enviado pelo governador João Lyra Neto (PSB) que doa dois imóveis do Estado – cerca de 200 hectares, no entorno da Arena da Copa –, à empresa Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, para a construção do projeto imobiliário Cidade da Copa [...] O projeto foi o foco dos debates, ontem

(12), na Alepe, quando tucanos das duas alas do PSDB – os independentes e neogovernistas – criticaram a proposta do governo (Jornal do Comércio, 13 de maio de 2014).

1.1. A construção das obras da copa e a viabilização da cidade planejada

Além da arena esportiva, elemento fundamental para a realização dos jogos, e da construção da Cidade da Copa, no mote do legado também foram previstas outras obras de infraestrutura urbana, mais precisamente de mobilidade e de equipamentos turísticos, as quais fazem parte da Matriz de Responsabilidade, documento que determina as responsabilidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a execução das medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização da Copa no Brasil. Cabe destacar que as informações sobre os referidos projetos foram obtidas através do portal da Transparência do Governo Federal e da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA de 2014/Pernambuco - SECOPA-PE, e neles foram verificadas informações desatualizadas e desencontradas, principalmente no que se refere aos custos finais e à descrição das obras previstas na RMR. O quadro 1 apresenta uma síntese das obras que constam na Matriz de Responsabilidade do Governo Federal e da SECOPA/PE, que se concluídas as obras, constituirão o legado para o estado.

Quadro1. Síntese dos projetos da Matriz de Responsabilidades

| Projeto | Cidade | Responsável | Custo | Empresa Contratada | Desapropriações |
|----------------------|----------------------|------------------|-------------|---------------------------------|---|
| Arena | São Lourenço da Mata | Governo Estadual | 532 milhões | Consórcio Odebrecht/PPP. | C/ desapropriações. s/informação dos custos |
| Corredor Norte/sul | Igarassu/ Recife | Governo Estadual | 180 milhões | Consórcio EMSA/ATERPA | 2,0 milhões para desapropriações. |
| Corredor Leste/Oeste | Recife/Camara-gibe | Governo Estadual | 99 milhões | Consórcio Mendes Júnior/ Servix | C/ desapropriações. s/informação dos custos |

| | | | | | |
|--|---|-------------------------|----------------|--------------------------------|---|
| Ramal da Copa | Camaragibe/São Lourenço da Mata | Governo Estadual | 145 milhões | Consórcio Mendes Júnior/Servix | 12 milhões para desapropriações. |
| Via Mangue | Recife | Governo Municipal | 433 milhões | Queiróz Galvão | 19,3 milhões para reassentamentos. |
| TI Cosme e Damião | Recife | Governo Estadual | 19,10 milhões | Jag Empreendimentos Ltda | C/ desapropriações. s/informação dos custos |
| Estação Metrô Cosme e Damião | Recife | Governo Estadual + CBTU | 7,37 milhões | S/ Informação | C/ desapropriações. s/informação dos custos |
| Viaduto BR 408 | São Lourenço da Mata | Governo Estadual | 25 milhões | S/ Informação | Não se aplica |
| Terminal Marítimo de Passageiros | Recife | Governo Federal | 28 milhões | Concrepoxi Engenharia Ltda | Não se aplica |
| Aeroporto - Torre de Controle. | Recife | Governo Federal | 18,5 milhões | S/ Informação | Não se aplica |
| Aeroporto - Passarela para estação de metrô. | Recife | Governo Estadual | Sem informação | Sem Informação | Não se aplica |
| Outros projetos/ações | | | | | |
| Telecomunicações | Não apresenta custo por cidade. Responsabilidade Governo Federal. | | | | |
| Segurança | Não apresenta custo por cidade. Responsabilidade Governo Federal. | | | | |
| Ações de infraestrutura ao turismo | 17,56 milhões para reforma e adequação de Centro de Atendimento ao Turista/CATs – Construção dos CATs, acessibilidade e sinalização. Responsabilidade do Governo municipal e Federal. | | | | |
| Construção de Instalações complementares Copa das Confederações. | 35,60 milhões. Responsabilidade Governo Estadual. | | | | |

Fonte: Matriz de Responsabilidades Governo Federal, aditivo 2012. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/copa2014>>, acessado em 03/05/14. Secretária Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA de 2014/Pernambuco, disponível em <<http://www.secopa.pe.gov.br/pt/transparencia>>, acessado em 03/05/2014. Destacados na cor cinza os que constam no portal do Governo Federal e da SECOPA/PE. As demais, até a data da consulta constavam apenas no portal do Governo Federal. Sistematizado pela autora.

Além dessas, ainda existem outras obras informadas pela SECOPA/PE como o legado da Copa na RMR, as quais não se encontram na Matriz de Responsabilidades, mas se encontram listadas no portal da transparência do governo estadual como o “Legado obras de Mobilidade para a Copa das Confederações”, conforme ilustra a figura que se encontra adiante.

Figura 4. Legado obras de Mobilidade para a Copa das Confederações.

| Obras concluídas | | | |
|---|-----------------|-------------------|--------------------------------|
| OBRA | EXECUTOR | CONCLUSÃO | VALOR (R\$ milhões) |
| Terminal Integrado - Aeroporto | SECID | Abril de 2012 | 3,4 |
| Estação do Metrô Cosme e Damião | SECID | Maio de 2013 | 7,4 |
| Terminal Integrado - TIP | SECID | Abril de 2013 | 7,8 |
| Viaduto de Ouro Preto | SECID | Junho de 2013 | 9 |
| Conectores do Aeroporto Internacional | INFRAERO | Julho de 2011 | 10 |
| Viaduto (leste) dos Bultrins | SECID | Fevereiro de 2013 | 10 |
| Viaduto da BR-408 | SEIRA | Abril de 2013 | 24,5 |
| Terminal Marítimo de Passageiros | Porto do Recife | Outubro de 2013 | 26,3 |
| Viaduto da Av. Panordestina | SETRA | Junho de 2012 | 37,9 |
| Ramal Cidade da Copa (trecho interno) | SECID | Maio de 2013 | 91 |
| Aquisição de 6 novas composições do metrô | CBTU | Abril de 2013 | 108 |
| Duplicação da BR-408 | SETRA | Novembro de 2012 | 115,4 |
| Estrada da Batalha | SETRA | Agosto de 2012 | 196,2 |
| TOTAL | | | 646,8 |

Fonte: Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA de 2014/Pernambuco, maio de 2014.

Observa-se também, que as obras viárias no ensejo da Copa em Recife têm como principal sistema o modal rodoviário, o que levou a implantação de estações para o Bus Rapid Transport/BRT, seguidos de alguns terminais integrados de ônibus. Além de uma estação de metrô e do projeto de navegabilidade pelo Rio Capibaribe, que está em execução, mas não está apontado como obra relacionada à Copa.

Além de que, muitas das obras executadas ou em execução atingem diversos municípios metropolitanos. No entanto, muitas delas não

constam no Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana do Recife – PDTU/RMR elaborado no ano de 2008, um ano antes de Recife ter sido eleita como umas das cidades sede da Copa.

Certamente se espera que muitos desses projetos venham contribuir com a mobilidade na Região Metropolitana do Recife. Porém, destaca-se que estes não foram elaborados com a participação da sociedade, muito menos apresentados estudos que justificassem a decisão pelos mesmos, como o traçado e o modal adotado.

O que se pode perceber é que muitas das intervenções de mobilidade foram tomadas por dois objetivos maiores: o primeiro deles, com o objetivo de interligar a Cidade da Copa, empreendimento privado, em São Lourenço da Mata, aos demais municípios da região metropolitana; e o segundo, em promover o acesso dos torcedores à Arena Pernambuco nos jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014, já que a sua localização fica a 20Km do centro do Recife. Destaca-se que, no centro urbano de São Lourenço da Mata não chega nenhuma dessas obras de mobilidade, o que o exclui do legado.

Cabe destacar que uma das propagandas da Copa em Recife era de que se poderia chegar de metrô até a arena, e ainda fazer o turista que chegasse à cidade pelo aeroporto se conectar pelo metrô diretamente a arena. Porém, no advento da Copa das Confederações, se percebeu que a estratégia foi mal dimensionada. A estação de metrô Cosme e Damião, a estação mais próxima da Cidade da Copa, é pequena demais para dar vazão a um público tão grande, quando da realização dos jogos. Além de que, se percebeu que a distância entre a estação e a arena não obedece ao que foi anunciado quando do lançamento do projeto: menos de 2 km de distância. Ao contrário, esse acesso tem mais de 4 km e em área íngreme, de difícil acesso de pedestres. Dessa forma, quem opta por ir de metrô até a estação Cosme e Damião deverá pegar outro modal, o ônibus, para chegar até a arena. Para isso, se fez necessária a construção do Terminal Integrado/TI junto à estação de metrô. No entanto, a construção de um TI nesta comunidade de mesmo nome, Cosme e Damião, não se justificaria, já que a população dessa localidade é pequena e próxima de outros terminais. Mas, a construção do TI tornou-se fundamental para dar acessibilidade à arena e à Cidade da Copa. Além dessas, outras obras também estão em execução para melhorar o acesso à arena, como é

o caso da ampliação do TI Camaragibe, que não consta em nenhuma listagem das obras da Copa, mas que interligará quem chega de metrô até a Estação Camaragibe, conectando-se de ônibus até a arena através de outra via em construção, o Ramal Cidade da Copa.

Esse conjunto de obras, sejam de mobilidade, da própria arena e Cidade da Copa, para serem construídos, implicaram na alteração e ou flexibilização das legislações urbanas existentes, além da desapropriação de centenas de famílias de suas moradias, em muitos casos, apenas para tornar viável a cidade planejada, em detrimento das demandas dos moradores locais, o que torna difícil associar essas obras a um legado, conforme será tratado nos itens a seguir.

1. 2. A desconstrução dos instrumentos urbanísticos

Considerando as grandes transformações urbanas em virtude das obras já executadas e em execução, verificou-se a obediência das mesmas à legislação urbana, identificando em que medida as diretrizes e definições presentes nos Planos Diretores e Lei de Uso e Ocupação do Solo orientam os projetos em curso para a Copa, além de outras legislações urbanas e ambientais cabíveis, em função das características e especificidades da área e dos projetos da arena e da Cidade da Copa⁴. Nesta perspectiva foram analisados os Planos Diretores e Leis de Uso e Ocupação do Solo dos municípios de São Lourenço da Mata e de Recife.

Uma vez definida a opção por São Lourenço da Mata para a construção da arena e Cidade da Copa, a primeira iniciativa foi a alteração do Plano Diretor do município. A gleba ocupada parcialmente, e classificada como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, do tipo 2, conforme Lei 2.159/2006, com diretrizes urbanísticas que previam a implantação de conjuntos habitacionais de interesse social nas áreas vazias e a regularização fundiária das ocupações existentes, foi transformada em Zona de Urbanização Preferencial – ZUP 3, através da Lei 2.266/2009, viabilizando a construção de novos padrões arquitetônicos cujo objetivo é atender a um novo perfil social de moradores e frequentadores, ao mesmo tempo em que exclui a ocupação espon-

⁴ Para efeito de aprovação de alguns projetos e de licenças de construção, a arena e a Cidade da Copa foram tratadas como duas áreas distintas no âmbito governamental, apesar da arena seja anunciada pelo governo, como elemento âncora do empreendimento imobiliário.

tânea, que anteriormente caracterizava o lugar, conforme ressalta o Relatório de Impacto Ambiental da Cidade da Copa.

Destarte, consoante a legislação urbanística, **o projeto encontra-se respaldado por regras especificamente criadas para a urbanização da área de forma ordenada.** O empreendimento Cidade da Copa engloba as Zona de Urbanização Preferencial 03/Área Estadual – ZUP03 e parte do Setor de Parques Urbanos (SPU). O zoneamento, no geral, é claro, assim como os parâmetros que lhe dizem respeito. A única ressalva diz respeito ao Eixo de Atividades Múltiplas (EAM2) que, embora descrito na Lei Municipal n. 2.266/2009 como integrante da ZUP03, não aparece no mapa de zoneamento do Município (PIRES, 2012, p. 165, grifos nossos).

Ao compararmos o zoneamento de todo o município, se observa que outra antiga ZEIS de tipo 2, distante da Cidade da Copa, também foi alterada para tornar-se uma ZUP 3, e toda uma faixa de área rural foi transformada em zona urbana. O que pressupõe a expectativa da gestão de receber novos empreendimentos imobiliários para o município, conforme já são possíveis de serem percebidos através dos anúncios de classificados de jornais e das placas de propaganda de novos empreendimentos na região.

Também é importante ressaltar que não se tem maiores informações do processo dessas mudanças junto à Câmara de Vereadores, nem da existência de audiências públicas para tal modificação. Ao contrário, observou-se uma grande dificuldade da Prefeitura em apresentar o novo Plano Diretor, quando é um instrumento que deveria ser acessível a qualquer cidadão.

Apesar da política urbana ser de competência municipal, os empreendedores da Cidade da Copa, anunciam que estão definindo os parâmetros urbanísticos do local da ZUP 3, ora criada. O que evidencia a supremacia do capital imobiliário em substituição ao Poder Público, ou com a coparticipação do Poder Público em detrimento dos interesses da população local quanto à definição dos rumos da cidade.

Outro aspecto relevante é que a viabilização do empreendimento Cidade da Copa ocorreu através de uma Operação Urbana Consorciada, instrumento previsto pelo Estatuto da Cidade, no qual torna-se possível implementação de um projeto urbano em uma determinada

área da cidade através de parcerias entre proprietários, poder público, moradores, investidores privados, coordenados pela prefeitura. No entanto, para a aplicação desse instrumento, o Plano Diretor tem que identificar previamente quais as áreas da cidade com previsão para tal finalidade, de acordo com os objetivos da política urbana nele definidos. Conforme estabelecido no zoneamento da cidade, a previsão da política urbana de São Lourenço da Mata era usar a área do projeto da Cidade da Copa para viabilizar moradias de população de interesse social, conforme já tratado neste artigo. Evidencia-se que o Plano Diretor do município, enquanto instrumento básico da política urbana, foi desconsiderado para viabilizar os projetos da Copa. Também chama a atenção a pouca ou nenhuma participação do município nesse processo. Os projetos, bem como a sua operacionalização, têm ficado sob a responsabilidade do empreendedor privado e do Governo do Estado, cabendo ao município de São Lourenço da Mata apenas a aprovação dos mesmos.

Quanto ao município de Recife, foi criada uma lei – Lei 17.710/2011 – que flexibiliza os parâmetros urbanísticos da Zona Controlada I para a construção, reconstrução dos meios de hospedagem do tipo hotel, apart-hotel, pousada e albergue, desde que administrados ou explorados comercialmente por empresa hoteleira atuante no ramo de hotelaria, com comprovação de serviços prestados nacional ou internacionalmente, reconhecidos pelo órgão municipal.

Art. 1º Esta Lei estabelece parâmetros urbanísticos específicos para edificações de uso coletivo destinadas ao serviço de hospedagem, definidos no artigo 2º, objetivando o oferecimento de estrutura necessária à realização do evento da Copa do Mundo 2014 (RECIFE, 2011).

A flexibilização da legislação urbana diz respeito ao aumento do Coeficiente de Utilização, mediante a utilização do instrumento de Outorga Onerosa do Direito de Construir, que já era definido na Lei Municipal nº 17.511/08.

A lei prevê que os valores obtidos da outorga onerosa deverão constituir receita do Fundo de Desenvolvimento Urbano ou poderão ser convertidos para a realização dos projetos e a execução de obras

viárias, urbanização dos espaços públicos, revitalização dos equipamentos públicos ou de recuperação do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, desde que definidos conjuntamente entre o empreendedor e o Município.

A lei também altera a legislação urbana em vigor ao prever a possibilidade de vagas para estacionamento para os serviços de hospedagem em outro lote diverso daquele destinado ao empreendimento, desde que respeite a distância de 100m do mesmo.

Em relação às especificidades da área e dos projetos da Cidade da Copa observou-se a necessidade de aplicação das seguintes legislações, as quais não foram consideradas, sendo elas: A Lei Federal 11.124/2005, que cria o Sistema Financeiro de Habitação e prevê a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social (Art. 4º); e a Lei 11.977/2009 que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e prevê a regularização fundiária de interesse social nos assentamentos localizados em áreas da União, Estados e Municípios (Art. 47). A área de implantação da Cidade da Copa pertencia ao Governo do Estado. Dessa forma, a área deveria ter sido utilizada para a implantação de programas habitacionais e regularização fundiária das comunidades existentes. Conforme já descrito anteriormente, cabe registrar que eram esses os objetivos iniciais contidos no Plano Diretor do município, e foram alterados para receber novos empreendimentos imobiliários.

Como uma das etapas para realização dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental –EIA/RIMA necessários para a construção da Cidade da Copa, foi feito um estudo de prospecção arqueológica do terreno, realizado pela equipe de arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Na pesquisa foram identificados dois sítios históricos na área, que vão desde ocupações indígenas a engenhos do século XIX, além de vários locais com ocorrências arqueológicas. De acordo com representantes da universidade o material encontrado nas ocorrências foi levado para a sede em Recife do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN. Quanto aos Sítios Históricos, não se tem informações do Consórcio quanto à sua destinação. No entanto, no material promo-

cional do projeto da Cidade da Copa que vem sendo apresentado, não se observa nenhuma relevância quanto aos sítios históricos, não sendo possível identificar se os mesmos foram levados em consideração ou não no projeto urbanístico, conforme recomendação do RIMA.

Na área diretamente afetada pela construção da Cidade da Copa foi realizado um levantamento detalhado para identificação do patrimônio cultural presente na área. As informações foram obtidas através de entrevistas com a população e através de prospecção visual, enfocando a identificação de eventuais vestígios arqueológicos e históricos. O estudo realizado revelou o potencial arqueológico pré-histórico e histórico da área, com base tanto nas informações de habitantes das cercanias, quanto da identificação direta de ocorrências arqueológicas pré-histórica de grupo ceramista da Tradição Tupi-Guarini, e histórica, que correspondem ao período entre os séculos XIX e XX, época que predominava na região a economia açucareira. O estudo realizado revelou o potencial e diversidade cultural desta região como um todo. A implantação do empreendimento não interferirá fisicamente em áreas em que estejam registradas edificações oficialmente reconhecidas como de interesse histórico. Todavia, um ponto de interesse arqueológico pode vir a ser afetado: tal ponto foi registrado como PE 0642 LA/UFPE (PIRES, 2012, p. 112).

1.3. Desapropriações: construção de obras X desconstrução de direitos

Um dos mais sérios e profundos impactos resultantes da implantação das obras da Copa são as desapropriações que atingiram famílias, principalmente de comunidades pobres, de vários municípios da Região Metropolitana do Recife, o que põe em questão o discurso do legado da Copa, já que o motivo das desapropriações são as construções das obras, que para muitos têm significado a desconstrução de direitos.

Inicialmente, a informação do governo estadual era de que os números de desapropriados eram muito pequenos, se comparado com a dimensão das obras. Porém, através de visitas *in loco* e do acompanhamento do Comitê Popular da Copa de Pernambuco, junto às famílias que passaram por processos de desapropriações, foi possível

identificar muitos imóveis marcados para serem demolidos, levando ao desaparecimento de quarteirões inteiros em várias localidades e muitas famílias que foram desabrigadas.

Também foram ouvidos relatos de moradores que receberam visitas de equipes de técnicos de empresas privadas, contratadas pelo governo estadual, que chegavam às suas residências para medição e levantamento de informações, as quais deixavam essas comunidades em alerta, sem saber ao certo para que as suas casas estavam sendo medidas e quais as obras que por ali passariam.

Sem dados oficiais⁵ e sem a discussão quanto aos projetos, os números de desapropriados foram estimados com base em algumas apresentações do governo estadual, com o depoimento de pessoas atingidas e com informações da Matriz de Responsabilidade do Governo Federal⁶. Dessa forma, estima-se que existem mais de duas mil famílias desapropriadas e removidas em função das obras da Copa na RMR, entre elas destacam-se: 333 para implantação da Arena e Cidade da Copa, 59 para implantação do Terminal Integrado de Cosme e Damião, 952 para a implantação da Via Mangue (removidas para Conjunto Habitacional), 420 para implantação da Radial Leste/Oeste, 38 para implantação da Radial Norte/Sul; além de outras desapropriações para as obras da BR 408, Terminal Integrado de Camaragibe, entre outros.

⁵ Com sabe na Lei de Acesso a Informação – Lei 12.527/81, o Observatório das Metrôpoles solicitou através de ofícios ao Governo do Estado, o número de famílias desapropriadas em função das obras da Copa. Mas os ofícios não foram respondidos.

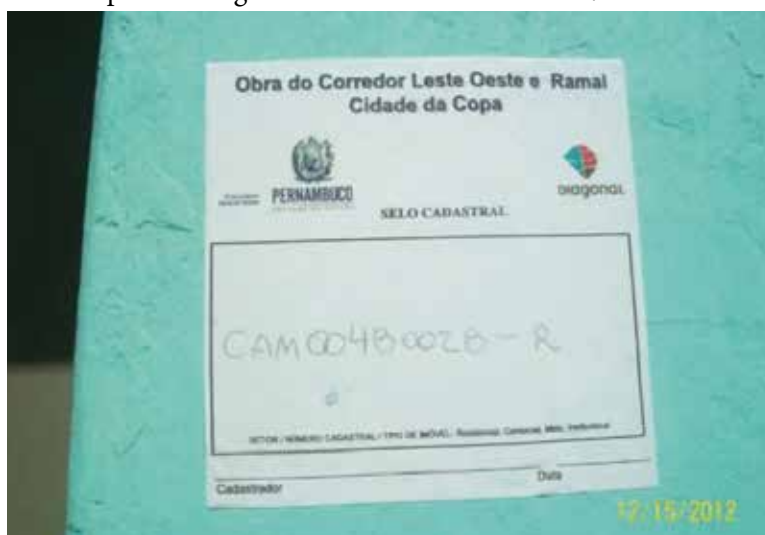
⁶A Matriz de Responsabilidade não informa o número de famílias desapropriadas, mas informa os custos estimados para desapropriações por obra.

Figura 5. Imóvel em Cosme e Damião/Recife marcado para demolição para dar lugar ao Terminal Integrado.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2012.

Figura 6. Imóvel em Camaragibe. Marcado para demolição para dar lugar às obras do Corredor Leste/Oeste.



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

No entanto, independentemente de dados quantitativos, já se fazem assustadores os dados qualitativos, especificamente no que diz respeito ao processo pelo qual foram feitas as desapropriações.

De acordo com o relato dos moradores de várias comunidades atingidas, o processo se deu sempre da mesma forma: truculenta e desconstruindo direitos. Os moradores não tiveram a oportunidade de discutir os projetos e o traçado das obras, tiveram curto espaço de tempo para sair de seus imóveis; a maioria deles viram suas casas serem demolidas sem que tivessem recebido as indenizações e sem receber auxílio moradia. Além de que a avaliação feita dos imóveis para o pagamento das indenizações se deu muito abaixo do valor de mercado, o que fez com que muitos dos moradores não encontrassem uma alternativa habitacional adequada.

O motivo que levou à destruição dos imóveis sem a indenização foi justificado pelo estado de que existe algum tipo de pendência jurídica dos proprietários em relação ao imóvel, como: estar ainda aguardando processos de inventários na justiça, por não possuírem a escritura do imóvel, por débitos de impostos, entre outros. Questões essas, que poderiam e deveriam ser agilizadas pelo próprio estado, que foi o interessado na desapropriação e não penalizar ainda mais esses moradores. A situação do Sr. Edson da Silva, morador do Loteamento São Francisco há mais de 30 anos, explicita bem essa situação:

O oficial veio com um mandato de desocupação imediata. Só que a gente tá aqui, há um ano e dois meses, aqui nesse sofrimento, o dinheiro saiu hoje, sai amanhã.... De agosto para cá a gente tá sofrendo uma pressão grande pra sair, não tem condição. Eu não tenho condição de pagar imposto de transmissão causa morte. Autorizei a minha advogada a fazer uma petição à juíza para que retivesse o valor do imposto de transmissão e que fosse liberado o saldo restante para eu relocar minha família, meus dois filhos, que não têm condição de sair [...] Muita gente saiu daqui sem receber até hoje. Eu falei pro oficial que não ia sair. Eu não tenho condição de alugar duas casas, para cada filho uma, já que aqui são duas famílias. Eu disse para ele (oficial de justiça) que não tenho condição, eu tô desempregado. Não tenho fonte de renda fixa. A fonte de renda que eu tinha era do aluguel de uma padaria (também indicada para demolição), que eu sobrevivia desse aluguel. Hoje eu trabalho

fazendo bico. Eu não tenho emprego fixo, estou há um ano e dois meses sem receber um real, sem receber um real de ajuda de custo, nada, nada. Tá aí, meu patrimônio fechado e eu não tenho fonte de renda, não tenho para onde relocar minha família [...] Eu disse ao oficial de justiça, eu to aqui para obedecer ao mandato da juíza, mas ela tem que olhar o lado da gente, porque não é invasão, eu tenho documento da minha residência, das minhas casas, eu tenho escritura pública e é registrada no Cartório de Imóvel, não é invasão. Ele disse (oficial de justiça) que já estava com a ordem para vir com a polícia, porque a gente não saiu (BLOG DO COMITÊ POPULAR DA COPA, 2014).

Sem indenizações, com ações de despejo, sem alternativa habitacional, muitos moradores idosos, pessoas mais vulneráveis das comunidades envolvidas, foram acometidas de doenças, como: infarto, derrames e depressão, além de relatos de mortes. Alguns, com o pouco valor da indenização, foram morar em locais distantes, rompendo os laços afetivos construídos com a casa, com o bairro e com os vizinhos. Outras famílias tiveram que se abrigar em casas de parentes ou pagar um aluguel com seus próprios recursos, o que os condiciona a viver com dificuldades financeiras e em condições mais precárias do que as que tinham antes⁷. Ainda mais com a forte valorização imobiliária devido às próprias obras da Copa, que contribuem para a elevação dos preços de venda e de aluguel nas áreas circunvizinhas.

Dessa forma, a Copa significou para muitas famílias uma violação de direitos, ao não priorizar o direito à moradia, ao mesmo tempo em que promove o despejo ou deslocamento forçado. Com isso, nega-se aos direitos fundamentais constituídos nas legislações brasileiras e internacionais das quais o Brasil é signatário.

Porém, na direção contrária ao direito à moradia, e no intuito de agilizar a retirada das famílias que estão impedindo às obras da Copa, o governo estadual criou uma Secretaria Executiva de Desapropriações com o objetivo de coordenar e monitorar os processos de desapropriações prioritários do estado e para dar celeridade aos projetos estruturadores em implantação da Copa do Mundo de 2014

⁷ Os tratados internacionais recomendam que em casos de despejos forçados as famílias tem que permanecer em situação igual ou superior a que tinham antes.

e das obras de mobilidade. A secretaria editou um “Manual de Procedimentos” que define os procedimentos básicos da desapropriação, embasado no “direito do estado a intervir na propriedade privada com o objetivo de propiciar o bem estar aos cidadãos” (PERNAMBUCO, 2013). Além de destacar o artigo 5º da Constituição Federal, no qual é possível o estado “retirar determinado bem de pessoa física ou jurídica, em casos de necessidade ou utilidade pública, de interesse social ou, ainda, por descumprimento da função social, mediante justa indenização, que, em regra, será prévia e em dinheiro” (art. 5º, inc. XXIV, da CF/88). Contudo, não tem sido esse o tratamento dado às famílias atingidas pelas obras da Copa.

Ora, se as desapropriações se justificam pela utilidade pública, conforme preconiza a lei, a informação também deveria ser pública. Além de que, se fazem necessárias maiores reflexões sobre qual categoria de cidadão com que deve o estado se preocupar em propiciar o “bem estar”, e o que é considerado esse “bem estar”: Para os que moravam nas comunidades há anos ou para os futuros moradores da Cidade da Copa.

Em matéria do Portal Agência Brasileira se mostra que a procuradoria-geral do estado, responsável pelas desapropriações, reconheceu que os processos são “traumáticos para as populações atingidas” e que muitas vezes o valor das indenizações é insuficiente para a compra de um novo imóvel no mesmo bairro. “A gente tenta remediar encaminhando para os programas de auxílio-moradia e programas habitacionais da prefeitura ou do governo do estado” (Thiago Norões, 2014). Necessidade que essas famílias não tinham antes: moravam em casas próprias há mais de 40 anos, adquiriram seus imóveis através da compra, com casas estruturadas, em loteamento regular. Mas, em bairros de padrões socioespaciais pobres.

É difícil entender o papel do estado, que deveria proteger e minimizar os impactos das populações mais vulneráveis, mas, ao contrário, reconhece que o processo foi traumático, causado por ele próprio.

Foto 7. Quarteirão do Loteamento São Francisco, antes da demolição



Fonte: StreetView Google Earth, maio de 2014.

Foto 8. Quarteirão demolido do Loteamento São Francisco



Fonte: Ana Ramalho, 28 de abril de 2014.

Entre as comunidades identificadas com processos de desapropriação, o principal acompanhamento do Comitê Popular da Copa ocorreu na comunidade do Loteamento São Francisco, em Camaragibe. Nesta localidade ocorreram maiores repercussões sobre o processo que estava ocorrendo e algumas tentativas de negociação junto ao estado, provavelmente por nela ter sido atingindo um grande número de comerciantes. Foi assim, uma das poucas comunidades que tentaram sair da invisibilidade dos governos (estadual e municipal), dos meios de comunicação e da sociedade, que de uma forma geral, desconhecem que houve desapropriações no Grande Recife em virtude das obras relacionadas à Copa. Essa invisibilidade também tem outras causas. Uma delas refere-se às dificuldades de articulação da comunidade em prol dos interesses coletivos. A estratégia adotada pelo estado, de negociar com as famílias individualmente e tratar de forma particular cada situação, inclusive em relação aos valores indenizatórios, significou uma forte arma contra a mobilização social. Ou seja, cada morador atingido passou a se preocupar com o seu problema individualmente, contribuindo para que houvesse pouca ou nenhuma mobilização coletiva.

Outro aspecto também observado é que as famílias atingidas estavam em loteamentos formais, cujos moradores compraram seus imóveis e não os ocuparam espontaneamente. Essas famílias nunca passaram por processos de luta pela terra, nem por ameaças de despejos, nem nunca estiveram engajadas em lutas coletivas, especificamente, em movimentos pela luta à moradia. E diante da pressão, não tiveram condições de resistir, apesar de revoltadas, mantiveram-se obedientes às determinações do estado.

Em uma das reuniões que ocorreu na Comunidade São Francisco após uma das ameaças de retirar os moradores com força policial, foi colocada como alternativa dos moradores e do Comitê Popular da Copa, a resistência através de protestos na própria área, com o objetivo de atrair a imprensa e chamar atenção da sociedade para o que estava acontecendo. Porém, na mesma reunião, alguns dos moradores deixaram claro que esperavam receber o dinheiro e sair o quanto antes da localidade, não se disponibilizando a participar dessa estratégia. Alguns apontaram que teriam vergonha de ir para as ruas. Ou seja, situação essa que nunca precisaram vivenciar.

Mas a revolta dessas famílias é de difícil mensuração. Apesar dos poucos protestos e resistências sobre esses processos, a maior razão identificada foi o sentimento de medo. E, questionou-se: medo de quê? “Da coisa ficar pior”, conforme relato de moradores.

1.4. A desconstrução dos movimentos sociais

Não só as ações relacionadas às desapropriações, mas todo o processo das obras da Copa em Recife foi marcado pela ausência de espaços de participação popular, bem como do engajamento dos movimentos sociais, contrariando a história de lutas do povo pernambucano. No ensejo da Copa do Mundo, os movimentos sociais têm silenciado. Uma das poucas tentativas de mobilização vem ocorrendo através de iniciativas pontuais do Comitê Popular da Copa em Pernambuco, atuando principalmente junto aos processos de remoções, conforme já discutido anteriormente.

Em consulta a representantes de movimento sociais e a integrantes do Comitê Popular da Copa a respeito do conhecimento de outros grupos que estejam se organizando em função dos impactos das obras da Copa, observou-se a ausência deles, além da falta de perspectiva sobre o atual momento em que passa a sociedade brasileira em relação à mobilização social.

Além do Comitê da COPA não conheço ninguém que questione os impactos da COPA. Nós do Comitê estamos tendo muita dificuldade em encontrar pessoas que fale alguma coisa contra a COPA. Na minha opinião, nós brasileiros, estamos com um grande problema de controle social. A participação popular foi nocauteada e nem percebemos, e isso se reflete tanto nas obras da COPA, como em outras grandes obras que estão em execução no Brasil. Participei das reflexões e discussões do movimento social na Cúpula dos Povos e o que pude perceber é que a sociedade organizada não sabe o que quer e o que questionar. Estou falando da minha percepção em relação a sociedade civil organizada, que se reúne para discutir os problemas e as soluções possíveis. Acho que estamos numa grande encruzilhada, em que, ou a sociedade percebe o que está acontecendo e o risco que estamos correndo com o rumo em que

as coisas estão tomando, e se posiciona para tomar uma atitude ou vamos esperar que o pior comece a acontecer para depois tentar correr atrás do prejuízo. Todas as resoluções sobre as grandes obras estão nos Planos de Ação do Brasil: Brasil Maior, Resíduos Sólidos, Produção e Consumo Sustentável, ISO, etc., você conhece alguém que participou da elaboração desses planos? A sociedade não está participando da elaboração dos planos e nem mesmo das audiências públicas. Desculpe o desabafo, não estou apenas questionando a passividade das universidades e sim, a passividade de todos nós brasileiros. (REPRESENTANTE DE MOVIMENTOS SOCIAIS EM RECIFE (optou em não se identificar) 13 de julho de 2012).

Buscando entender as causas desse momento pelo qual passa Pernambuco, e especificamente o Grande Recife, identificaram-se algumas possíveis hipóteses. A primeira delas está relacionada ao crescimento econômico impulsionado pela ampliação do complexo portuário de SUAPE, a implantação da refinaria de petróleo, a implantação da Fábrica da FIAT, entre outras grandes indústrias e investimentos que chegam ao estado, o que proporcionou a elevação de empregos formais e o aumento do Produto Interno Bruto – PIB estadual, acima do PIB brasileiro. O resultado desse crescimento econômico vem sendo associado à gestão estadual, o que promoveu uma alta popularidade do gestor, ao mesmo tempo em que contribuiu para a desmobilização social, o que parece evidenciar a fragilidade dos movimentos sociais até então constituídos.

Outra hipótese pode estar relacionada à atual composição política que forma-se no Estado, conforme justifica um jornalista, correspondente do Portal Terra em Pernambuco e criador do blog midiacopeira.wordpress.com, que trata dos impactos do Mundial de 2014 na Região Metropolitana do Recife:

Acredito que os movimentos sociais no Recife sofreram com um contexto político difícil, já que a maioria deles tem ligações com partidos ligados às candidaturas de Eduardo Campos e Dilma Rousseff à presidência da República, que trabalharam para que as violações de direitos em Pernambuco ficassem na invisibilidade. O Comitê Popular da Copa aqui é formado por um grupo de abnegados, mas teve dificuldade de se somar a outros grupos e

também de divulgar suas demandas na grande mídia [...] O PSB tem uma rede dentro dos movimentos sociais em Pernambuco que teve muito mais sucesso em neutralizar as ações do que o PT. E incentiva a participação de seus militantes em outras cidades como Brasília (AMORIM, 2014).

Junta-se a essas questões o fato da arena esportiva ter sido construída em uma localidade distante, bem como as principais obras relacionadas à Copa estarem em outros municípios, com trajetórias de mobilização social diferentes das da capital, tornando as questões mais impactantes distante também dos olhos de boa parte da população.

Acho que o fato de o estádio ter sido construído em São Lourenço da Mata, a 20 quilômetros do Recife, e de grande parte das desapropriações terem sido em Camaragibe e bairros distantes da periferia do Recife (Santa Mônica e Cosme e Damião) ajuda a facilitar a censura que vem sendo imposta aos meios de comunicação pernambucanos. Além disso, a possível não realização da FAN FEST⁸ no Centro do Recife é outro fator a dificultar a realização de grandes atos de massa, que chamem atenção e tornem públicos os problemas como as mais de 2000 remoções e a situação crítica de centenas de famílias que ainda não receberam os pagamentos pelas suas casas destruídas (AMORIM, 2014).

Os últimos movimentos de maior caráter reivindicativo que questionam os atuais projetos na cidade constituíram-se dos movimentos “Ocupe Estelita”, como o objetivo de reivindicar um megaprojeto imobiliário – Projeto Novo Recife, e posteriormente, com o “Ocupe Agamenon”, contra a construção de 4 viadutos, ambos em Recife. Esses movimentos foram espelhados no movimento americano *Occupy Wall Street*, promovidos por grupos de ativistas de diversas áreas, como o grupo “Direitos Urbanos”, que tem como bandeira o direito à cidade e usam como principal espaço de articulação as redes sociais. Mas, sobre a Copa, não se viu reivindicar.

⁸ Apesar da arena ser em São Lourenço da Mata, a FAN FEST está prevista para ocorrer no centro do Recife. Mas alguns meses antes da Copa, a Prefeitura do Recife anuncia que não fará mais a FAN FEST, justificando a utilização de gastos públicos para uma festa privada. A FIFA continua informando que haverá FAN FEST em Recife.

Essa bandeira foi levantada por poucos movimentos aqui, essa é a minha análise. Mas, conseguimos muito a custo de muito esforço e sem dinheiro quase nenhum para isso. Não conseguimos fazer um ato de rua sequer, com quantidade expressiva de pessoas. Acho que o coronelismo impera aqui ainda e o capitalismo/desinformação contribuem mais ainda para essa dormência. Essa é a minha análise (LUNA, 2014).

Dentro do período da Copa das Confederações e das manifestações de junho que ocorreram em várias cidades brasileiras, o Comitê Popular da Copa buscou algumas tentativas de mobilização social para denunciar as violações no Grande Recife em função da Copa. No entanto, não se verificou grande adesão da sociedade em manifestar-se sobre esse tema, diferente dos protestos que houve em outras cidades. Um dos êxitos do Comitê Popular da Copa foi conseguir através de uma agência internacional uma campanha publicitária para explicitar a violação aos direitos humanos no estado, sendo assim realizada a campanha “Nós Valemos Mais” com o intuito de coletar assinaturas para solicitar ao governo estadual que pague um preço justo pelas moradias.

Figura 9. Campanha publicitária *Nós Valemos Mais*.



Fonte: Facebook, 2013.

Além dessa campanha, a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa/ANCOP realizou seminário regional em novembro de 2013, em Recife, e contou com a presença da relatora da Organização das Nações Unidas/ONU, Raquel Rolnik, para realizar visita em algumas das áreas alvo das desapropriações e participar de uma audi-

ência pública na Câmara dos Vereadores do Recife, agendada antecipadamente, mas cancelada horas antes pelo presidente da Câmara de Vereadores do Recife, cujo argumento foi de que havia recebido ameaças anônimas que grupos de *Black Blocs* ocupariam a casa.

O que eu vi em Pernambuco só confirma que a falta de transparência e de espaços de participação da população na definição dos projetos é uma regra, bem como as baixas compensações financeiras e a total ausência de alternativas habitacionais oferecidas para os atingidos [...] No período da manhã, aproveitei a oportunidade para me reunir com a prefeitura do Recife e com o Governo do Estado de Pernambuco. Ambos garantem que estão seguindo a legislação, mas que não pagam compensações melhores porque a Procuradoria do Estado e o Tribunal de Contas não permitem... Será que as procuradorias ignoram o marco internacional do direito à moradia adequada? Será que os tribunais de contas não conhecem a legislação brasileira (que reconheceu o direito de posse desde a Constituição), nem a legislação internacional dos direitos humanos? À noite, um debate sobre megaeventos esportivos e direito à moradia que estava marcado para acontecer na Câmara Municipal foi inexplicavelmente cancelado pelo presidente da casa. No fim das contas, os organizadores conseguiram transferi-lo para a Faculdade de Direito do Recife e assim o debate pôde ser realizado, com a presença de diversas organizações da sociedade civil e de moradores de comunidades afetadas (ROLNIK, 2013).

A vinda da relatora da ONU ao Recife teve como objetivo trazer a discussão sobre a violação ao direito à moradia, e assim, pressionar o governo para o respeito a esse direito. E, também contribuir com o debate público em torno do que está acontecendo na RMR. Só com a vinda da relatora ao Recife é que esse assunto – desapropriação de famílias devido às obras da Copa - passou a ter alguma repercussão na imprensa, mas, apenas naquela ocasião.

Por fim, é possível afirmar que as desapropriações estão sendo justificadas para que nasça a primeira cidade inteligente da América Latina – a Cidade da Copa – associada a uma grande valorização

imobiliária nas áreas do entorno, que tenderá a uma nova configuração socioespacial. Enquanto constrói-se a *smartcity*, desconstroem-se direitos, cujo argumento se dá em nome do desenvolvimento e da criação de uma nova centralidade urbana na Região Metropolitana do Recife, que se justifica pela Copa de 2014 no Recife.

Figura 11. Construção da Arena (sentido Leste) com a comunidade de Santa Mônica/Camaragibe ao fundo



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2013.

Figura 12. Arena e área da Cidade da Copa/
São Lourenço da Mata (sentido Oeste)



Fonte: Portal da Transparência Governo Federal, 2014.

2. A construção de um novo processo de governança metropolitana na RMR

Da sua criação na década de 70, até os dias atuais, a gestão da Região Metropolitana do Recife, vem vivenciando algumas experiências pontuais de gestão que marcam avanços e retrocessos de cooperação intergovernamental entre os diversos níveis de governo. No âmbito da Copa, já que no caso de Recife ela envolve vários municípios metropolitanos, o modelo que foi adotado apresenta traços autoritários e centralizados no governo estadual, já que o mesmo planeja e executa ações de interesse local, como as obras de mobilidade, além de coordenar as ações relacionadas aos preparativos para a Copa, como organização, segurança e questões relativas ao turismo.

Dessa forma, todas as ações que envolvem a realização da Copa em Pernambuco ficaram sob a responsabilidade do governo estadual. Apenas a *Fan Fest*, festa oficial da FIFA, ficou a cargo da Prefeitura do Recife, justificada pela experiência de fazer grandes festas na cidade, como o carnaval.

Para tanto, foi criada a Secretaria Extraordinária da Copa de 2014 em Pernambuco/SECOPA-PE, com o objetivo de “coordenar, acompanhar e monitorar os projetos e as ações do Governo de Pernambuco nas áreas de mobilidade urbana, infraestrutura, turismo e hotelaria, segurança, bem como a construção da Arena Pernambuco, visando garantir que o Estado esteja preparado para sediar a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014” (PERNAMBUCO, 2011).

Dentro do âmbito da SECOPA foi criado o Comitê Gestor, denominado de Comitê Pernambuco na Copa do Mundo de 2014, através do decreto de nº 36.206 de 16 de fevereiro de 2011, “ao qual compete à concepção e o planejamento das ações necessárias para a consecução do empreendimento Pernambuco na Copa do Mundo de 2014” (PERNAMBUCO, 2011). Também competem ao Comitê as seguintes atribuições:

- I – promover a integração e a coordenação dos projetos e ações do Governo do Estado e das Prefeituras interessadas;
- II – avaliar e executar os projetos e ações relacionadas ao projeto em questão;
- III – buscar apoio e parcerias com instituições públicas e privadas relacionadas ao evento, no Estado ou fora dele. (Decreto nº 36.206 de 16 de fevereiro de 2011).

O Comitê é formado por representantes de órgãos e entidades do governo estadual, e composto por secretárias, agências e companhias estaduais, além do corpo de bombeiros, Polícia Militar de Pernambuco e Polícia Civil de Pernambuco, perfazendo um total de 33 representantes estaduais. É coordenado pelo Secretário da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo da FIFA de 2014, Governo Estadual (SECOPA). Os respectivos membros são indicados por ato do Governo do Estado.

Nesta análise, ressalta-se que as Prefeituras de Recife e, especificamente, a de São Lourenço da Mata, não fazem parte da compo-

sição original do Comitê. De acordo com o Artigo 2º, parágrafo 4º, do decreto é definido que “poderão integrar” o Comitê na qualidade de convidados permanentes, e não como membros integrantes do Comitê, conforme foram definidos os representantes do ente estadual. No entanto, as transformações e impactos são diretamente repercutidos nos municípios. Também no decreto que cria o Comitê Gestor não é mencionada a participação do município de Camaragibe, município este que se localiza entre o Recife e São Lourenço da Mata e que concentra parte das obras de mobilidade que levaram à desapropriação de muitas famílias, além da forte dinâmica imobiliária que a cidade passa em função da proximidade com a Cidade da Copa, cujos impactos sociais e territoriais se dão em seu território.

No decreto também é prevista a possibilidade de poderem integrar o Comitê na qualidade de convidados permanentes outros representantes, além das prefeituras já citadas, sendo eles: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Federação Pernambucana de Futebol. Além destes, outros membros poderão ser convidados para integrar o comitê, a critério do coordenador. O Comitê se reúne ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do seu coordenador.

De acordo com entrevistas realizadas com os representantes dos municípios de Recife e de São Lourenço da Mata mostraram avaliações divergentes quanto ao modelo de gestão instituído. O representante de Recife informou que a participação do município se dá de maneira satisfatória, considerando que este é um espaço democrático de discussão dos projetos. Já o representante da Prefeitura de São Lourenço da Mata informou que nas reuniões do Comitê não é permitida a participação efetiva do município nos processos decisórios. Justifica-se tal divergência de opinião em virtude de que a Prefeitura do Recife exerce maior força política, além de ser considerada a cidade sede da Copa, se comparado ao município de São Lourenço da Mata, que apresenta estrutura de gestão frágil e dependente do Governo Estadual.

Destaca-se que no decreto não está prevista a participação de representantes da sociedade civil organizada. Após o início das atividades do Comitê, representantes da sociedade civil organizada reivin-

dicaram a participação nas reuniões, o que foi permitido, porém com a possibilidade apenas de acompanhamento, sem direito à participação nas discussões.

Em participação nas reuniões foi possível observar que nas mesmas são tratados diversos temas relacionados à Copa, que vão desde projetos e obras relacionadas à Copa à venda de ingressos dos jogos. No início da reunião é distribuída uma pauta pré-definida pela SECOPA, a qual coordena a reunião, e são apresentados os pontos da pauta. Também cabe registrar a dificuldade de saber previamente as datas das reuniões, uma vez que não são divulgadas para os representantes da sociedade civil. Também foram criadas 12 Câmaras Técnicas Estaduais, todas subordinadas ao Comitê Gestor.

Observa-se que a instância governamental de gestão dos projetos e ações para a Copa de 2014, criada através de um decreto estadual, não tem caráter nem deliberativo, nem consultivo, e sim informativo. Além de que a participação dos municípios nos processos decisórios dos projetos da Copa é ínfima, quando estes constituem os principais entes responsáveis pela política urbana e territorial, que em nome da Copa, vêm sofrendo fortes transformações.

Outro espaço de articulação institucional criado para a Copa é a Câmara Temática FIFA Fan Fest coordenada pela Prefeitura do Recife. O objetivo desta câmara é planejar o evento que ocorrerá durante os 32 dias da Copa. A Câmara Temática é composta por representantes de várias secretarias do município do Recife e do Governo do Estado envolvidos com a logística do evento. Posteriormente, na nova gestão municipal, foi criado o Comitê Gestor da Copa no Recife com o objetivo de planejar e executar as ações no âmbito do município relativas à Copa, como as rotas protocolares, os planos de segurança e de assistência à saúde, as melhorias no trânsito, a Fan Fest, entre outras.

Modelo de gestão da Cidade da Copa

Chama a atenção no contexto do projeto da Cidade da Copa, a criação de um modelo de gestão específico para essa “cidade”, dentro do município de São Lourenço da Mata. O modelo de gestão tem como base um sistema de parcerias, cujo objetivo é que as partes envolvidas logrem sucesso em uma gestão qualificada e sustentável. Para isso “será

criada uma Associação Civil sem Fins Lucrativos que, em parceria com os diversos atores envolvidos (entes públicos, desenvolvedores, moradores, entre outros), será responsável por gerir eficientemente a área” (PIRES, 2012, p.36). E ainda estabelece:

Dentre os envolvidos neste processo, destacam-se: **O Poder Público Estadual** com atribuições de Comando e controle, sendo esta exclusiva do governo e de Poder de polícia através de fiscalização. **O Poder Público Municipal** com atribuições de Poder disciplinador do uso do espaço e do solo referente à Natureza de uso e Padrões de ocupação e Posturas municipais. **O Desenvolvedor** que é a Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, Sociedade de Propósito Específico a cargo da construção, operação e manutenção da futura Arena Multiuso para a Copa 2014 e responsável pelo desenvolvimento do projeto da Cidade da Copa. **Os Incorporadores**, em parceria com a SPE, responsáveis pela construção e operação dos equipamentos. **O Conselho Gestor da Cidade da Copa**, entidade sem fins lucrativos que será criada para atuar sobre toda a área do empreendimento e terá como associados o empreendedor - Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S/A, os incorporadores/operadores dos empreendimentos e, futuramente, os residentes dos equipamentos imobiliários e outros empreendimentos da Cidade da Copa. Todas as demais associações fundadas no âmbito do empreendimento serão vinculadas ao Conselho Gestor da Cidade da Copa, como é o caso das associações residenciais que serão criadas para cada condomínio a ser implantado (PIRES, 2012, p.36).

Por ainda não se encontrar construída a Cidade da Copa, e assim, ainda não se encontrar implantado o modelo de gestão proposto, não se pode avaliar os impactos decorrentes do mesmo. Porém, se estima que existirão duas cidades próximas: a Cidade da Copa, a *smartcity*, e a cidade do entorno, convivendo lado a lado, mas com modelos distintos de gestão, o que poderá proporcionar ainda mais a fragmentação socioespacial da região.

Informação e controle social

Os mecanismos oficiais de transparência e monitoramento social nas obras da Copa foram verificados nas três esferas de governo e através dos sites oficiais dos órgãos governamentais, dos ofícios enviados e de reportagens de jornais. Mensurar os canais de informação e controle social foi decorrente do próprio processo da pesquisa, ao se tentar buscar dados que pudessem mensurar os impactos da Copa em Recife. Foi possível observar que é difícil o acesso às informações, e, especificamente sobre alguns temas, como aqueles que tratam das alterações da legislação urbana, projetos de mobilidade, plano urbanístico da Cidade da Copa e, especialmente, os custos da arena e do número de desapropriações de famílias em função das obras da Copa. Mesmo quando é abordada a obrigatoriedade do acesso à informação através da Lei 12.527/11, as mesmas não foram disponibilizadas. Por outro lado, a informação mais fácil de ter sido obtida refere-se aos dados sobre o turismo, conforme mostra o quadro que segue.

Quadro 2. Informações divulgadas relativas à Copa na RMR

| Informações divulgadas | Informações divulgadas com muita dificuldade | Informações não divulgadas |
|-------------------------------|---|---|
| Turismo | RIMA (2º momento) | Número de desapropriações. |
| PPP (sem os anexos) | Plano Diretor SLM/ Camaragibe (alteração) | Plano Urbanístico da Cidade da Copa. |
| | | Projetos de mobilidade |
| | | Alteração legislação urbana e fiscal. |
| | | Custo total da construção da Arena. |
| | | Estudos de impactos e parcelamento do solo. |

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de ofícios enviados, portal da transparência e reportagens de jornais, entre o período de 2011 a 2014.

Em matéria divulgada pelo Jornal do Comércio do dia 08 de março de 2014, ou seja, 9 meses após a Copa das Confederações, questionou-se ao Governo do Estado o custo da Arena Pernambuco. Mas ainda não se obteve resposta.

Quanto custou a Arena Pernambuco? Se você buscar na internet e achar R\$ 532 milhões, nada mais errado. Há quase um ano, desde que o estádio ficou pronto, o governo admitiu que o custo aumentou. Mas nunca disse para quanto. Chegou-se a falar em algo próximo a R\$ 650 milhões, depois mais nada. A menos de cem dias da Copa 2014, desta vez a pergunta foi feita de forma diferente, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), criada para dar mais transparência à administração pública. O resultado foi mais mistério. O governo reconhece o óbvio, que os R\$ 532 milhões eram só o “investimento inicial” e que recebeu um pedido de aumento. E só. É assim que a pergunta continua: afinal, quanto custou a Arena Pernambuco? [...] Em maio de 2013, o secretário Extraordinário da Copa, Ricardo Leitão, disse que a “ordem de grandeza” do novo custo era R\$ 650 milhões. Depois silenciou sobre esse ou qualquer outro número. Naquele mesmo mês, a IFL Empreendimentos e Tecnologia foi contratada para rever todo o contrato, após pedido de revisão da Odebrecht (JORNAL DO COMÉRCIO, 08 de março de 2014).

O portal da transparência, em todos os âmbitos governamentais, conforme já comentado anteriormente, apresenta dados desatualizados e com informações divergentes entre as esferas de governo. Também foi verificado que houve poucas audiências públicas para apresentação e discussão dos projetos com a sociedade. Esses fatos dificultam o controle social.

Evidenciando o desconhecimento dos projetos relacionados à Copa e as dificuldades de se obter informações, em março de 2012 o Conselho das Cidades – ConCidades – estadual solicitou ao Governo do Estado uma reunião extraordinária para que houvesse prestação de contas e discussão sobre os projetos vinculados à Copa. Na ocasião, representantes do Comitê Popular da Copa em Recife, aproveitaram o evento para entregar às autoridades estaduais um dossiê que já mostrava os impactos das obras da Copa sobre as populações locais, especifica-

mente aquelas que estavam sendo alvo de processos de desapropriações forçadas. Ao término da reunião do ConCidades foi elaborada uma “carta de recomendações” e encaminhada aos representantes governamentais, a qual entre outros, apresentou as seguintes recomendações:

- Fortalecimento do Planejamento Público integrado entre Estado e Municípios nos níveis estadual, Regional e Municipal.
- Criação e fortalecimento de Conselhos Setoriais, com participação de Organizações Sociais, nos processos de planejamento, implantação, avaliação e replanejamento, destacando as instâncias de controle social.
- Fortalecimento das Administrações Municipais para o eficaz exercício do controle urbano e com reforço técnico e logístico.
- Disponibilizar os planos e projetos regionais para a apropriação e discussão com as entidades civis organizadas.
- Priorizar investimentos de infraestrutura que minimizem as desapropriações.
- Proporcionar acesso e transparência a planos e projetos com investimentos públicos, relatórios de impactos ambientais, relatórios de impactos econômicos e PPPs.
- Elaborar e tornar públicos os planos fundiários dos empreendimentos.
- Elaborar e tornar públicos planos de desapropriação e indenizações (CONSELHO DAS CIDADES, 2012).

Porém, essas recomendações não tiveram suporte para que os projetos relacionados às obras da Copa passassem a ter maior transparência e maior controle social.

3. Considerações finais

A Copa em Recife traz algumas peculiaridades, se comparada a outras sub-sedes brasileiras: Recife ser uma das cidades sedes da Copa, mas a arena esportiva se localizar em outro município; os projetos relacionados à Copa se estenderem por vários municípios, tendo uma dimensão metropolitana; e pela opção de se construir uma cidade planejada – a Cidade da Copa, a primeira *smartcity* da América Latina – como estratégia de criação de uma nova centralidade para a região.

Fatores esses que implicam e implicarão em impactos de diversas ordens e com especificidades sobre a Copa no Brasil.

Até onde foi possível avaliar, o principal legado da Copa na Região Metropolitana do Recife são as obras de infraestrutura urbana, especificamente de mobilidade, terminais de passageiros, entre outros, que estão sendo realizadas em tão curto espaço de tempo. Contudo, muitos efeitos negativos, se melhor chamados impactos, se dão em função desse legado, considerando o maior deles a violação aos direitos humanos em virtude da existência de processos de desapropriações forçados, os quais atingem diretamente população de bairros pobres, que teve que deixar suas moradias sem indenização prévia e justa, para dar lugar às obras de infraestrutura. Esse processo contraria toda a legislação brasileira que regula o direito à moradia, e os tratados internacionais sobre o tema, dos quais o Brasil é signatário.

Destaca-se também a alteração e a flexibilização dos instrumentos do planejamento urbano. Entre eles, os planos diretores e as legislações de uso e ocupação do solo, especificamente em áreas especiais como as Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS, que foram alteradas. Dessa forma, usa-se o argumento da Copa para que o regime urbanístico das cidades seja alterado repentinamente, sem haver inclusive, discussão com a sociedade. Cabe lembrar que a construção da Cidade da Copa não era prevista em nenhum plano metropolitano, nem no planejamento municipal, e está sendo construída no lugar de uma antiga ZEIS.

No que diz respeito à gestão, evidenciou-se a pouca participação do poder executivo municipal nos projetos da Copa, a despeito de tais projetos impactarem diretamente no seu território, cuja competência é municipal. Diante das fragilidades dos municípios em gerenciar megaprojetos, o governo estadual tornou-se o responsável pelas obras da Copa, com participação preponderante do capital imobiliário. Coube ao poder público municipal apenas as alterações urbanísticas e aprovações de projetos, compactuado com o ente estadual.

Os projetos da Copa também vêm sendo marcados pela falta de transparência e de mecanismos de participação e de controle social, deslegitimando os instrumentos de gestão democrática, bem como a recém-criada Lei de Acesso à Informação, o que põe em xeque o entendimento do que é legado, que deveria ir além da construção de obras, mas como oportunidades de ampliação do direito à cidade e do acesso à gestão.

Com base nas análises realizadas, verifica-se que a Copa na Região Metropolitana do Recife levou à construção do novo, à construção de obras, à construção de projetos inovadores como uma *smartcity*, ao mesmo tempo em que evidencia a desconstrução de direitos, a desconstrução de histórias e de memórias.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. **Obras de mobilidade para a Copa do Mundo provocam desapropriações em Pernambuco.** Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/obras-de-mobilidade-para-copa-do-mundo-provocam-desapropriacoes-em>>. Acessado em 07 de maio de 2014.

AMORI, Eduardo. **Entrevista concedida a autora no dia 30 de abril de 2014.** [Entrevista escrita]. 2014.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática.** São Paulo: Unesp, 2005.

CONSELHO DAS CIDADES. **Carta de recomendações - Mesa Redonda Copa 2014,** 15 de março de 2012.

GRANJA, Patrick. Os mega-eventos e a “cidade de exceção”: entrevista com Carlos Vainer, urbanista e professor da UFRJ. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, Ano X, nº 90, junho de 2012. Disponível em: <<http://www.anova-democracia.com.br/no-90/4024-os-mega-eventos-e-a-qcidade-de-exceção>>. Acesso em: dez. 2013.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2001.

LUNA, Andréa. **Entrevista concedida a autora em 02 de maio de 2014.** [Entrevista escrita]. 2014.

VAINER, Carlos. **Entrevista concedida ao programa Juca Kfourri Entrevista.** Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZKDRaZXajIg>>. Acessado em 14 de fevereiro de 2012.

ODEBRECHT. **Projeto Cidade da Copa.** Disponível em <<http://www.odebrecht.com>>. Acessado em 11 de janeiro de 2012.

PERNAMBUCO. **Perguntas Frequentes.** Disponível em: <<http://www.secopa.pe.gov.br/pt/ouvidoria/perguntas-frequente>>. Acessado em 05 de dezembro de 2013.

PERNAMBUCO. **Decreto estadual de Nº 36.206, de 16 de fevereiro de 2011.** Disponível em: <<http://www2.secopa.pe.gov.br/web/secopa/comite-pernambuco-na-copa>>. Acessado em 20 de dezembro de 2011.

PERNAMBUCO, Governo de. **Legado Social das Copas em Pernambuco.** Disponível em: <<http://www.secopa.pe.gov.br/attachments/Legado-social-das-Copas-em-pernambuco.pdf>>. Acessado em dezembro de 2013.

PERNAMBUCO. **Manual de Procedimentos da Secretaria Executiva de Desapropriações.** Disponível em <http://www.unuhospedagem.com.br/pge/documento/imagens/130925142246_p_MANUAL_DE_PROCEDIMENTOS_25.09.13.pdf>. Acessado em 20 de novembro de 2013.

PIRES, ADVOGADOS E CONSULTORES. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA Projeto Cidade da Copa.** 2012.

RECIFE. **Lei Municipal 17.710 de 01 de setembro de 2011.** Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial/exibemateria.php?cedicacodi>>. Acessado em 20 de janeiro de 2012.

ROLNIK, Raquel. **Em Pernambuco, repete-se o desrespeito ao direito à moradia.** Disponível em: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2013/12/03/em-pernambuco-repete-se-o-desrespeito-ao-direito-a-moradia/>>. Acessado em 15 abril de 2014.

SILVA, Edson. **Sem dinheiro, famílias são pressionadas a sair de suas casas no Loteamento São Francisco.** Blog do Comitê Popular da Copa. [Entrevista gravada] Disponível em: <<http://comitepopularpe.wordpress.com/page/2/>>. Acessado em 04 de abril de 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO. **Processo TC Nº 1103358-7. Auditoria especial realizada na Secretaria Extraordinária da Copa – SECOPA.** Disponível em: <<http://www.portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2464821>>. Acessado em 19 de dezembro de 2011.

CAPÍTULO II

A Copa das Confederações 2013 como experiência de megaeventos em Pernambuco

Marcelo Allgayer de Holanda Cavalcanti¹

Introdução

Este trabalho contextualiza alguns indicadores e reflexões no que diz respeito à temática dos grandes eventos no processo de produção do espaço urbano, sobretudo em relação ao processo de efetivação de políticas públicas na Região Metropolitana do Recife (RMR) para sediar a Copa das Confederações 2013 e a Copa do Mundo 2014. Tal fato está associado a uma desproporcionalidade de investimentos, bem como de ações do poder público, de modo a viabilizar benefícios sociais e econômicos locais, a partir da promoção de mudanças efetivas. Para isso, consideraram-se diversas ações do poder público local, verificadas através de documentos públicos ou reportagens, que objetivou identificar os principais elementos ligados a interesses políticos e econômicos ligados a esses megaeventos esportivos. O que se efetivou mediante análise das intenções imbuídas nas ações do governo estadual, bem como dos empresários, mediante o instrumento Parceria Público-Privada (PPP). Nessa perspectiva, a lógica de tal contextualização se faz efetiva com a finalidade de contribuir com o amplo conhecimento e compreensão do jogo de interesses que se sobrepõe a valorização do futebol pernambucano. Desse modo, tal questionamento emerge: de que forma os preparativos (políticas públicas) para a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014 modificou a **dinâmica do futebol de PE?**

¹ Bacharel em Geografia, UFPE. Mestrando do Programa em Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, MDU / UFPE.

Assim, objetiva-se apresentar, através de uma linha do tempo, as mudanças efetivas na dinâmica do futebol de Pernambuco desde a candidatura do mesmo como um dos estados-sede da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014. Para tanto, conhecer e compreender os diferentes projetos para construção de novos espaços de esportes, as Arenas; a mobilização dos clubes da capital Recife para se incluírem nesse novo processo de modernização do futebol; bem como a Copa das Confederações 2013 como palco de experiência para esse novo modelo a ser incorporado culturalmente pelos torcedores locais.

Portanto, observa-se que o novo espaço construído na RMR, a Arena Pernambuco após algumas candidaturas, proporcionou uma nova dinâmica no futebol local, uma vez que os principais clubes se mobilizaram para atender as novas demandas; sejam da FIFA enquanto gestor responsável dos espaços de futebol durante os megaeventos ou dos novos torcedores agora elitizados por uma Arena, e não estádios. Por fim, a Copa das Confederações 2013 como experiência de megaevento esportivo na cidade testando equipamentos de transporte, segurança, turismo, centros de treinamentos entre outros, além da própria localização da Arena Pernambuco. Esses equipamentos e outros questionamentos foram analisados em gráficos mediante questionário aplicado, indicando sugestões para os gestores e, claro, melhorias para a Copa do Mundo 2014.

1. Caracterização de megaeventos na região metropolitana do Recife

Cabe destacar, em um primeiro momento, a causa que justifica a escolha do município-sede, uma vez que não se trata da capital Recife, mas sim de São Lourenço da Mata. Isso, pois é bem comum à surpresa em relação ao fato do estado de Pernambuco não ter escolhido a capital para sediar os megaeventos esportivos.

Coube ao Governo de Pernambuco selecionar o lugar-sede mediante alguns critérios específicos. No geral, destaca-se essencialmente a intenção de gerar uma nova centralidade urbana a oeste da Região Metropolitana do Recife (RMR), articulada ao núcleo da metrópole pela expansão e modernização da infraestrutura viária de mobilidade urbana, que irá atender o público juntamente com seus serviços necessários.

Entretanto, ainda em 2009, foi realizado o anúncio da escolha de “Recife”, pela FIFA, como uma das cidades-sede da Copa do Mundo 2014. A partir daí, vários foram os projetos para construção de novas Arenas na RMR, antes da escolha da atual Arena Pernambuco.

Dentre essas, destacam-se a Arena Jiquiá, na zona oeste da RMR, com seu projeto viabilizado através do Clube Náutico Capibaribe. Essa Arena foi considerada dentre as possibilidades em função de não precisar de processos de desapropriações, uma vez que se tratava de uma propriedade particular. Seu orçamento foi de aproximadamente R\$ 300 milhões com capacidade para 30 mil lugares.

Outra opção foi a Arena Recife-Olinda, a ser construída no Complexo de Salgadinho, sob a administração do Governo de Pernambuco. Essa área estava dentre as possibilidades em função da idealização de associar a um parque metropolitano, ambicioso projeto urbanístico com orçamento estimado em R\$ 1 bilhão.

Porém, mesmo com uma capacidade de 45.500 lugares e 4.000 vagas de estacionamento, superior a opção descrita anteriormente, havia uma estimativa de aproximadamente 3.600 famílias que iriam passar pelo processo de remoção. Essa elevada quantidade foi um dos obstáculos, se não o maior, para sua inviabilidade, além dos problemas de mobilidade urbana já existente na realidade dos municípios conurbados.

Em 2009, o Santa Cruz Futebol Clube, efetivou sua proposta de candidatura a Copa do Mundo 2014 através da chamada Arena Coral. Com capacidade de público ampliada para 68.000 pessoas e localização próxima do centro do Recife, o clube apostava na possibilidade de ampliação do seu patrimônio. Isso seria, de fato, um grande benefício à história e cultura do futebol de Pernambuco, uma vez que foi o único palco oficial dos jogos da seleção brasileira no estado.

Porém, foi considerado apenas como uma aposta de “plano B” para a Copa do Mundo 2014. O Governo de Pernambuco já estudava a possibilidade da efetivação da atual Arena Pernambuco, através do modelo de Parceria Público-Privada, tendo como principal foco um novo vetor de expansão metropolitana.

Como já exposto em trabalhos anteriores, Cavalcanti (2011) analisava que:

No caso da Copa do Mundo em Pernambuco, essa análise evidenciase na medida em que o Projeto em epígrafe, articulado em uma ppp, desenvolve-se com duas unidades espaciais de negócio. A primeira é a Arena e a segunda são os empreendimentos imobiliários (Cidade da Copa). Ambos [...] incorporados pelo parceiro privado, com exceção da Arena que, somente após 30 anos de prazo de concessão, passará a ser incorporada pelo governo de Pernambuco (CAVALCANTI, 2010, p.20).

Na época, o posicionamento da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (SECOPA) foi:

O único projeto que existe em Pernambuco, aprovado pela FIFA e pelo Comitê da Copa de 2014, é a Cidade da Copa, em São Lourenço da Mata. Não existe nenhum outro projeto. Não existe outra alternativa (Ricardo Leitão em entrevista ao Diário de Pernambuco, 2009).

A partir desses elementos, vários foram os desdobramentos, sobretudo do ponto de vista socioeconômico. A efetivação desse projeto foi possível em função de outros projetos complementares de mobilidade urbana e desapropriações em alguns municípios da RMR, o que culminou em movimentos sociais, como o Comitê Popular da Copa, com a finalidade de garantir a transparência política e econômica, bem como os direitos da população que mais cedo ou mais tarde sofreria com sua prática.

Em sequência a esses fatos, em 2011, o Sport Clube do Recife, também lança seu projeto de Arena. Nesse caso, não como efetivação de candidatura para a Copa do Mundo 2014, mas concebida em função da urgência para ampliação e modernização do clube, por critérios, sobretudo, de concorrência.

Cabe lembrar que o Náutico e o Santa Cruz já haviam se mobilizado. Dessa forma, os três principais clubes da capital estariam buscando uma mudança também na cultura do futebol de Pernambuco. Uma mudança conceitual, uma vez que ao mudar de “estádio” para “arena” as consequências são consideráveis:

- ✓ Mudança do perfil socioeconômico do torcedor (*elitização do torcedor*) – A concepção de uma Arena acarreta em uma valorização do clube e conseqüentemente em um maior valor a ser pago pelos ingressos. Além disso, uma Arena é concebida também pela sua multifuncionalidade, ou seja, não apenas para o futebol;
- ✓ Comportamento do torcedor – Nas Arenas não há uma especificação definida em relação aos lugares. O torcedor tem, ainda que teoricamente, acesso a todos os setores ou partes da mesma. Soma-se a isso, o fato de não haver alambrados separando radicalmente os torcedores do campo de jogo (ver figura 01).

Figura 1: Invasão de torcedor na Arena Pernambuco

07/07/2013 20h55 - Atualizado em 08/07/2013 10h15

Lédio diz que invasão de torcedor na Arena Pernambuco é 'indesculpável'

Na vitória do Botafogo diante do Fluminense em Recife, torcedor entrou no gramado, tirou foto com Fred e ainda beijou as chuteiras do atacante

Por SporTV.com Recife

59 comentários [Tweeter](#) <40 [Recomendar](#) <27



A Copa das Confederações transcorreu sem nenhum incidente de invasão de torcedor nas novas arenas, mas bastou o **Campeonato Brasileiro** recomeçar para surgirem os primeiros problemas vindos das arquibancadas próximas ao gramado. **Na vitória por 1 a 0 do Botafogo** diante do Fluminense, que aconteceu na Arena Pernambuco, em Recife, neste domingo, um torcedor invadiu o campo, tirou foto com o atacante tricolor Fred e voltou, sem problemas, para a arquibancada, pelas escadas de segurança que dão acesso ao gramado. Em seguida, o torcedor logo foi identificado e retirado por policiais militares.

sole.com...

Disponível em: www.sportv.globo.com

2. A parceria público privada e suas implicações no futebol pernambucano

Dentre várias implicações, a parceria público-privada (PPP) repercutiu também na dinâmica do futebol de Pernambuco. A utilização da Arena Pernambuco está associada diretamente a um contrato com a Arena Pernambuco Negócios, braço do grupo Odebrecht à frente da Arena da Copa, juntamente com os clubes interessados em utilizá-la como palco de seus jogos.

O gerenciamento da arena é feita através de uma PPP, concessões que, por natureza, precisam de dinheiro público periodicamente para manter seu equilíbrio financeiro. Entretanto, o governo sempre divulgou que, a partir do funcionamento da arena, oficialmente após a Copa das Confederações, em junho de 2013, pagaria R\$ 4 milhões por ano à arena.

É bem verdade que a efetivação da PPP já contava, dentro das suas receitas, com a participação dos três grandes clubes da capital pernambucana: Sport, Santa Cruz e Náutico. A participação dos mesmos, juntamente com as receitas de patrocinadores, ingressos, estacionamento, etc., compõem os elementos que “fechariam a conta”. O contrato da arena foi assinado em 15 de junho de 2010 e trazia uma “meta” de faturamento anual de R\$ 73,2 milhões para o estádio, considerando a ida dos referidos clubes.

Sem acerto com todos os três clubes, em 21 de dezembro de 2010 o governo criou uma garantia: todos os anos o Estado vai bancar um faturamento mínimo de R\$ 36,6 milhões para a Arena. Isso começou a valer após a Copa das Confederações.

Além disso, houve mudanças no que diz respeito ao Programa Todos com a Nota, uma parceria entre o governo de Pernambuco e os clubes locais que visa à troca de notas fiscais por ingressos de diversos campeonatos. Dentre as vantagens para os clubes é uma receita concreta mensal que não terá mais validade para os clubes que não levarem seus principais jogos para a Arena Pernambuco. Ou seja, o estado viabilizou um meio legal de apostar na liquidação da receita.

2.1. A Arena Pernambuco e a relação com os clubes

Em meados do mês de outubro de 2011, o Clube Náutico Capibaribe assinou um contrato para formalizar uma parceria de uso juntamente com o consórcio da Arena Pernambuco. Esse clube foi o primeiro e único até o momento a assinar o contrato. Assim, o clube teve o direito de jogar no “estádio da Copa” a partir de julho de 2013, adquirindo várias vantagens, sobretudo, financeiras.

Além dos investimentos financeiros o clube irá contar com uma nova realidade do mundo do futebol de Pernambuco. O padrão europeu da Arena irá proporcionar uma nova experiência ao torcedor alvirrubro, uma vez que esse clube foi o primeiro a firmar essa parceria não exclusiva. Um equipamento maior e mais moderno para o desenvolvimento do clube.

O documento foi assinado pelo governador Eduardo Campos, pelo presidente do Náutico, Berillo Albuquerque, e pelo diretor-presidente do consórcio, Marcos Lessa. Com a oficialização da parceria, o Náutico recebeu cerca de R\$ 2 milhões, além de um investimento de R\$ 4 milhões para a modernização de seu centro de treinamento (dois campos de treinamento e alojamento para o futebol profissional, divisões de base e juniores). Até começar a jogar na Arena Pernambuco, o Náutico contou com um aporte financeiro pago pelo consórcio encabezado pela construtora Odebrecht de R\$ 500 mil por mês. A partir do momento que começaram os jogos do clube na Arena esse valor deixou de ser pago e a renda dos jogos passa a ser distribuídas em proporções não equitativas.

Decisão pró-Arena foi quase unânime

O primeiro passo para que a Arena Pernambuco se tornasse a nova casa do Náutico ocorreu quando o Conselho Deliberativo do clube aprovou a mudança de endereço. Na ocasião, 84 conselheiros votaram a favor da parceria e apenas dois se posicionaram contra. O acordo entre o Náutico e o consórcio da arena valerá por 30 anos, inicialmente.

Por conta da parceria, o Náutico negociará parte de sua atual moradia. A sede social será preservada, uma vez que é um patrimônio tombado, mas o estádio dará lugar a outros empreendimentos.

Ampliação da capacidade de torcedores

O clube conta atualmente em seu estádio com uma capacidade para no máximo 20.000 torcedores. Com a transferência dos jogos para a Arena essa capacidade será dobrada, uma vez que a mesma atende a 46.000 lugares sentados.

Entretanto, é bem verdade que a torcida do clube alvirrubro não atende a capacidade máxima do seu estádio. Dessa forma, há uma previsão ou planejamento para ampliação do número de torcedores. E de fato isso deverá ocorrer, inclusive pelo fato de que na Arena os ingressos terão um valor acima da tabela atual. Para a receita dos jogos ser viável os mesmos deverão contar com um número maior de torcedores, parte do seu planejamento, através da publicidade ao apresentar um novo modelo de torcedor e de jogos, envolvendo assim o padrão da Arena Pernambuco.

Relação dos torcedores com a nova casa

Historicamente, o clube tem uma relação grande com os bairros vizinhos da sua atual sede – na cidade do Recife. Boa parte de sua torcida é moradora da região mais nobre e de maior renda da cidade, segundo o Atlas do Recife, em bairros como Casa Forte, Rosarinho, Parnamirim, Jaqueira, etc. Dessa forma, era habitual que vários torcedores do Náutico se dirigissem ao estádio a pé, pois já sabiam onde estacionar o carro e tem a sede do clube como local de encontros antes dos jogos, etc.

O deslocamento para a Arena Pernambuco muda essa forma de mobilidade da torcida. E isso foi um dos pontos negativos superado, até o momento, pelas outras vantagens que a nova casa irá proporcionar: camarotes *premium*, infraestrutura de bares e restaurantes, tecnologia, segurança, maior controle na venda dos ingressos e conforto.

Visibilidade

Essa parceria com a primeira Arena do estado de Pernambuco, sede da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, irá proporcionar uma maior visibilidade ao clube, de acordo com os seus dirigentes. O futebol do Náutico contará além dos direitos de transmissão televisivos com uma ampliação financeira (cerca de 80% da receita do clube) na sua relação com os (futuros) patrocinadores.

Dessa forma, o mesmo pretende contar com mais essa ampliação financeira, permitindo a contratação de profissionais mais qualificados e aquisição de novos equipamentos esportivos. Um exemplo é a reforma e ampliação do Centro de Treinamento do clube.

Ingressos

O Programa Todos com a Nota é um projeto do Governo do Estado de Pernambuco onde o cidadão troca documentos fiscais por ingressos de jogos de futebol, onde os principais clubes da capital participam. No caso do Náutico com a Arena Pernambuco, esse programa será ampliado. Estima-se que dos 8.000 ingressos direcionados ao clube através do programa, essa quantidade seja ampliada, na Arena, para 15.000. Somente essa ampliação dos ingressos e consequentemente da receita repassada pelo Governo do Estado justifica a viabilidade financeira da transferência. Em contrapartida, a participação do clube com o Governo de Pernambuco também irá ser ampliada, uma vez que a cota financeira a ser repassada ao primeiro será maior.

Para os demais torcedores, a venda de ingressos deverá ser modificada em relação a atual. A tradicional bilheteria deverá ser substituída pela internet, onde serão cadastrados os torcedores e sócios do clube para efetivação da sua compra. Essa medida visa também inibir a ação de cambistas, visto que é uma aposta do clube em relação ao problema, tradicional nos estádios de futebol, da compra antecipada de ingressos para revenda por preços mais elevados.

Com relação à renda dos jogos (da venda de ingressos), é realizada uma proporção não equitativa entre os participantes da parceria. O consórcio conta com um maior percentual em função de ser o responsável por toda a logística e custos durante a sua realização.

Dessa forma, os custos que o Náutico tinha com o estádio em relação à irrigação e manutenção do gramado, limpeza de arquibancadas e banheiros, logística de profissionais para venda dos ingressos, energia, entre outros, atualmente se distribui a partir da PPP, com Arena Pernambuco (Odebrecht).

Sport e Santa Cruz

É verdade que no futebol os torcedores criam uma identidade com as sedes, estádios ou arenas dos seus respectivos clubes. A identidade dos torcedores do Náutico com a Arena Pernambuco é algo novo e ainda incerto, uma vez que a mesma não é propriedade do clube. Soma-se a isso, os interesses e viabilidades econômicas da gestão da Arena Pernambuco que inclui outras atividades divergentes do setor futebolístico.

Dessa forma, existe a possibilidade dos clubes Sport e Santa Cruz fecharem contrato com a Arena Pernambuco, o que interfere na relação financeira e também na construção de uma identidade. O primeiro clube a fechar o contrato apenas terá maior prioridade em relação a datas para jogos e eventos. O Náutico dessa forma garante a execução de todos os seus jogos na Arena Pernambuco, pois em caso de incompatibilidade de agenda em função de múltiplos campeonatos, os clubes que assinarem contrato posteriormente terão seus jogos realizados em outro local, por exemplo, os seus respectivos estádios.

2.2. As estratégias dos clubes diante da Arena Pernambuco

Como já exposto, o Santa Cruz tem um projeto de ampliação e modernização da sua infraestrutura atual. Esse que foi lançado como uma das candidaturas para palco dos jogos da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014, mas que atualmente segue lentamente uma vez que sua efetivação dar-se-ia fundamentalmente sem a participação do poder público. Já o Sport tem um projeto em fase de aprovação junto a Prefeitura do Recife para “erguer” o maior complexo esportivo que esse município sediará.

Entretanto, há de se considerar as interfaces que ocorrem paralelamente as tentativas de modernização dos complexos locais de esportes

e principalmente do futebol. Todos os principais clubes dependem parcialmente de uma renda procedente do Governo de Pernambuco, mediante o programa Todos com a Nota. Esse programa repassa um valor mensal para que o clube disponibilize uma quantidade de ingressos à torcedores que apresentem notas fiscais. E seu alcance é para disputa de campeonatos locais ou nacionais.

Recentemente, foi publicada no Diário Oficial do estado de Pernambuco a Lei n° 14.486, de 23 de novembro de 2011. Essa é uma modificação da Lei n° 13.227, de 10 de maio de 2010:

Art. 2º A Campanha de que trata esta Lei consistirá na troca, pelos consumidores finais do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de documentos fiscais, por cupons numerados, que poderão servir de ingresso em eventos esportivos, nos termos do Regulamento (Lei n° 13.227, de 10/05/2010).

Já a primeira, em suas alterações afirma que:

Art. 2º A Campanha de que trata esta Lei consistirá na troca, pelos consumidores finais de mercadorias e serviços sujeitos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, de documentos fiscais, por cupons numerados, que poderão servir de ingresso em eventos esportivos ou culturais e para programas de premiações junto a escolas públicas estaduais e a instituições não governamentais, sem fins lucrativos, nas áreas de saúde e assistência social, nos termos estabelecidos em regulamento.

§ 1º os eventos esportivos na modalidade futebol profissional, cujos mandantes sejam clubes da Capital do Estado, para fins do disposto no caput deste artigo, **só poderão ser realizados na Arena Multiuso da Copa 2014** [grifo nosso], à exceção do disposto no §2º deste artigo.

§ 2º O Clube de Futebol que tiver contratado com a Concessionária administradora da Arena Multiuso Copa 2014 a realização de jogos naquela Arena Multiuso fará jus aos benefícios decorrentes

da Campanha de trata esta Lei, mesmo para as partidas realizadas em campo de futebol de sua propriedade ou por ele indicado, nos termos estabelecidos no contrato a ser assinado com a Concessionária, obedecidas as condições estipuladas em decreto do Poder Executivo. (Lei n° 14.486, de 23/11/2011)

Dessa forma, pode-se concluir que as alterações feitas em tais legislações indicam que só terão os benefícios financeiros concedidos os clubes que disputarem suas partidas na Arena Pernambuco. Isso indica também uma manobra do Governo de Pernambuco para sustentar o contrato de PPP com a Concessionária da Arena e equilibrar as receitas e despesas.

Imediatamente surgiram as reações dos clubes. O Santa Cruz já estudava um meio de compensar a perda da receita do programa:

Não cumprindo [assinando o contrato com a Arena Pernambuco], como entendemos, teremos que jogar sem o Todos com a Nota, e no ano em que o Santa completará 100 anos. Mas não seria um castigo. O nosso anel superior tem 23 mil lugares e um preço em conta poderia sustentar o período. (<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/> - 05 jul 2013)

Mesmo sendo indispensável à participação dos principais clubes da capital no que diz respeito ao contrato com a Arena Pernambuco, jogando seus melhores jogos para equilibrar a balança financeira como já exposto, só o Náutico fez isso. Entretanto, em sequência a esses fatos, em 2011, o Sport Clube do Recife, também lança seu próprio projeto de Arena. Nesse caso, não como efetivação de candidatura para a Copa do Mundo 2014, mas concebida em função da urgência para ampliação e modernização do clube, por critérios, sobretudo, de concorrência futebolística entre os próprios clubes.

Cabe lembrar que o Náutico e o Santa Cruz já haviam se mobilizado para tal ampliação e modernização. Dessa forma, os três principais clubes da capital estariam buscando uma mudança também na cultura do futebol de Pernambuco. Uma mudança conceitual, uma vez

que ao mudar de “estádio” para “arena” as consequências são consideráveis como descrito anteriormente.

E o Sport, percebeu que seria o único meio de atuar na aprovação da sua Arena. Enquanto durar a construção da sua Arena, todos os seus jogos serão disputados na Arena Pernambuco. De tal modo que:

Após alguns meses, nós conseguimos atender todas as 63 exigências da Prefeitura. A única que estava pendente foi a questão do recuo do canal, pois tentamos uma solução que não foi aceita por eles. Porém, conseguimos readequar o projeto e agora não falta mais nada. Teremos uma reunião com Geraldo Júlio, onde mostraremos o que foi feito. Agora, só estamos esperando a liberação, que certamente irá sair (Blog do Wellington Araújo - 2013).

3. Copa das Confederações 2013 e suas repercussões nos clubes, nos torcedores de Pernambuco e na cidade

Diante da oficialização de Pernambuco como estado-sede também da Copa das Confederações 2013, vários foram os preparativos e organizações em torno da capital pernambucana. O primeiro passo foi a reforma dos Centros de Treinamentos (CTs) dos clubes da capital ao custo de R\$ 1,2 milhão aos cofres da cidade. Além disso, houve investimentos nas áreas de segurança, transporte, obras nas vias públicas, capacitação, turismo, entre outros, que alcançaram os R\$ 15 milhões.

Com efeito, por exemplo, o Estádio do Santa Cruz cedido à FIFA para treino das seleções que disputaram o torneio, deixou o clube impedido de trabalhar nos seus domínios. As atividades físicas e de treinamento foram transferidas para espaços públicos (ver figura 02).

Figura 2: Santa Cruz já está impedido de trabalhar no gramado do Arruda.



Fonte: www.globoesporte.com

Apesar dos investimentos citados e da definição dos locais de treinamento das seleções, vários foram os problemas que expuseram a cidade do Recife no cenário internacional. A Copa das Confederações 2013 expôs a falta de planejamento e sincronismo. A chegada das seleções da Espanha e do Uruguai foi marcada por engarrafamentos, protestos e acidentes (ver figuras 03 e 04):

Figura 3: Ônibus do Uruguai a caminho do treino: estrada muito ruim antes de chegar ao CT (Foto: Franco Benites).



Fonte: Globoesporte.com

Figura 4: Funcionários tentam arrumar estrada pouco antes da passagem do ônibus (Foto: Edgard Maciel)



Fonte: Globoesporte.com

A mobilidade urbana foi um desafio também para os torcedores. Cabe lembrar que a Arena Pernambuco, palco do megaevento, localiza-se a aproximadamente 18 Km do centro do Recife e que durante os eventos oficiais da FIFA o seu acesso por meio de carros particulares ou transporte público fica restrito.

Assim, a Secretaria Extraordinária da Copa (SECOPA) orientou o uso do metrô como principal meio de acesso, o que evidenciou a incapacidade do transporte em função da demanda (ver figuras 05 e 06).

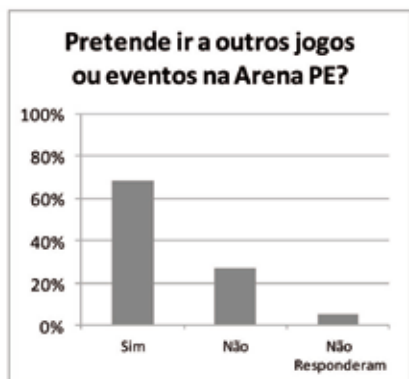
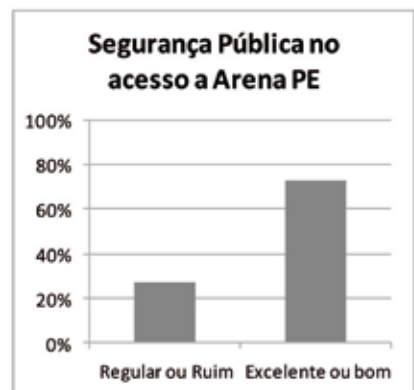
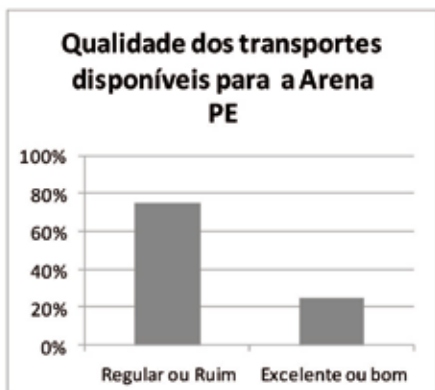
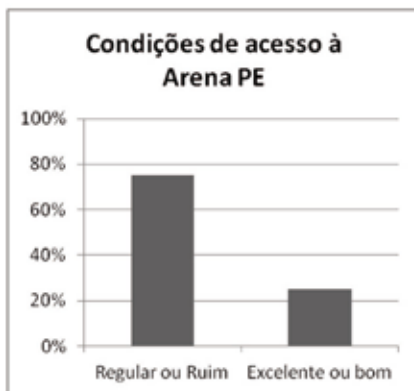
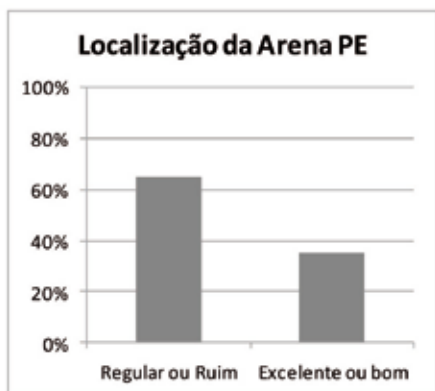
Figuras 5 e 6: Imagens da Estação Cosme e Damião no acesso ao 1º jogo da Copa das Confederações



Fonte: Observatório das Metrôpoles – Núcleo Recife, em 16 de junho de 2013.

Diante de tais fatos evidenciados, sentiu-se a necessidade de coletar informações no que diz respeito à localização da Arena Pernambuco, seus sistemas de acesso, transporte e segurança pública. Além

disso, buscou-se verificar as expectativas dos usuários em relação às próximas competições e eventos agendados para o mesmo local, como a Copa do Mundo 2014. Para tanto, foi elaborado um questionário com perguntas e resultados destacados abaixo:



4. Considerações finais

O método de observação de diferentes escalas espaciais nos permite conceber as interferências dos megaeventos esportivos na dinâmica da cidade. Mais especificamente no futebol pernambucano em que é direta e indiretamente alvo de políticas públicas que claramente visam atender interesses que dizem respeito aos elementos que irão compor a Copa do Mundo 2014 no estado.

As modificações realizadas no Programa Todos com a Nota afetam economicamente os principais clubes da capital Recife e, além disso, a participação de torcedores que utilizam o Programa para ter acesso aos jogos. Assim, há uma grande barreira entre o poder público e os referidos clubes em função de interesses próprios.

Dessa forma, podem-se perceber as interferências na própria cidade, uma vez que o novo espaço construído, a Arena Pernambuco, passou a ser a “casa” do Náutico. Isto é, um novo e maior deslocamento de seus torcedores para assistirem os jogos realizados agora em município diferente da sede do clube.

Com a Copa das Confederações 2013, tornou claras as transformações e mudanças na rotina e no perfil do torcedor pernambucano e na dinâmica dos clubes de futebol local. Enfatizou-se uma possível transformação no futebol de Pernambuco – seja na dinâmica de realização dos jogos, seja na rotina e no perfil dos torcedores, seja nas estratégias dos clubes, – envolvendo a participação de diferentes atores nesse processo, com propostas de intervenções nas áreas das sedes e dos estádios dos clubes de futebol pernambucano, que repercutem na reestruturação urbana da metrópole do Recife.

Nessa perspectiva, no que diz respeito à dinâmica do futebol de Pernambuco, deve-se considerar um novo momento para o futebol nacional: a mudança física e conceitual de estádios para arenas e como essas se incluem na perspectiva local. Assim, há interferências diretas para os clubes, para os torcedores e para a cidade. E, finalmente, considerar a Copa das Confederações 2013 como o principal momento de avaliação dos primeiros impactos.

Portanto, o padrão de torcedor na Arena é diferente. Mudam os valores econômicos, formas de comportamento, segurança e as próprias atrações. O que antes se concebia como palco de jogos de

futebol (estádio) agora deve ser concebido como palco de diferentes espetáculos (arena).

Referências

ARAÚJO, Wellington. Prefeito do Recife sinaliza para a liberação da Arena na Ilha do Retiro. **Blog do Wellington Araújo**, Recife, setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.wareporter.com.br>>. Acesso em: 01 de setembro de 2013.

CAVALCANTI, Marcelo. **GRANDES EVENTOS E PRODUÇÃO ESPACIAL: uma análise geográfica de São Lourenço da Mata frente à emergência de políticas públicas para sediar a Copa do Mundo de 2014**. Apresentada como monografia de Bacharelado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

PERNAMBUCO. Lei n° 14.486, de 23 de novembro de 2011. **Diário Oficial de Pernambuco**, Poder Legislativo.

PERNAMBUCO. Lei n° 13.227, de 10 de maio de 2007. **Diário Oficial de Pernambuco**, Poder Legislativo.

ZIRPOLI, Cassio. Arena Coral sem apoio do estado. **Blogs do Diário de Pernambuco**, Recife outubro de 2009. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes>>. Acesso em: 20 de outubro de 2009.

_____. Todos com a Nota, só para clientes da Arena. **Blogs do Diário de Pernambuco**, Recife, julho de 2013. Disponível em: <<http://blogs.diariodepernambuco.com.br/esportes>>. Acesso em: 05 de julho de 2013.

CAPÍTULO III

“São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade e a recente dinâmica territorial¹

Germana Maria Santiago de Mello²

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar o contexto em que se insere a recente dinâmica territorial do município de São Lourenço da Mata (SLM), diante da expectativa de realização da Copa do Mundo de 2014, sob a ótica da transformação da imagem do lugar.

Tendo se candidatado com um projeto ousado e que se destacava em relação as demais cidades para sub sediar o evento que ocorreria no Brasil, em Recife, a “Cidade da Copa” - localizada no Município de São Lourenço da Mata, a 19km da capital pernambucana - além de viabilizar a construção da Arena Pernambuco propunha a construção de uma nova centralidade urbana, um novo vetor de expansão para a Zona Oeste da Região Metropolitana.

Em meio ao processo de viabilização (financeira e legal) e consolidação do empreendimento ainda enquanto projeto, criou-se na cidade um ambiente com condições favoráveis para atrair o capital imobiliário para que ele se instalasse na região, como de fato veio a ocorrer.

¹ O presente artigo é fruto dos estudos realizados no âmbito da pesquisa “Metropolização e Megaeventos: impactos da Copa do Mundo/2014 e das Olimpíadas/2016”, desenvolvida junto ao Observatório das metrópoles - Núcleo Recife. Os resultados apresentados fazem parte dos estudos realizados para o trabalho de dissertação intitulado “Transformações na dinâmica territorial de São Lourenço da Mata: da cidade da copa aos novos empreendimentos imobiliários” elaborado para obtenção do título de mestre no Programa de pós Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE).

² Arquiteta Urbanista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU / UFPE).

Fatores como os benefícios do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (PMCMV), a disponibilidade de grandes terrenos e, sobretudo, a flexibilização da legislação urbana, já mencionada no primeiro capítulo deste livro, contribuíram para a consolidação desse novo vetor de expansão, tendo, no entanto, a visibilidade proporcionada pelo evento e a consequente (re)construção da “imagem da cidade” como fatores decisivos na consolidação desse ambiente favorável.

Nesse contexto, o marketing territorial assume duas formas, a primeira atuando em favor do Estado, na construção de uma nova imagem da cidade, atraindo assim investimentos; e a segunda, como instrumento do investidor privado como parte da estratégia de marketing na promoção e comercialização do lugar e do produto, a fim de expandir seu mercado.

De “São Lourenço da Morte” – como era então chamada em tom de brincadeira por seus moradores – à “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”, o município viveu nos últimos 5 anos transformações de ordem estrutural e econômica que provavelmente não viveria nos próximos 40 anos (BELTRÃO, 2014; GONDIM, 2014.), atraindo assim cada vez mais investimentos de diversas naturezas.

O presente artigo se estrutura na perspectiva de tecer considerações sobre essa nova dinâmica, sob a ótica da formação de uma nova imagem do lugar, na hipótese de que o marketing – apoiado no “fator Copa” – teve papel fundamental na consolidação da cidade enquanto novo mercado, contribuindo ainda, no entanto, para construir uma ideia de desenvolvimento e de oportunidade não reconhecida pelos municípios.

Nesse contexto, nos atemos aos resultados parciais de uma pesquisa³ realizada com representantes da prefeitura, moradores

³ A pesquisa foi desenvolvida no âmbito da dissertação intitulada: “Transformações na dinâmica territorial de São Lourenço da Mata: da cidade da copa aos novos empreendimentos imobiliários” (MELLO, 2014), cujo objetivo é o de caracterizar a nova dinâmica territorial que vive o município em função das intervenções para a Copa do Mundo de 2014. Nesse contexto, o trabalho teve como foco a nova dinâmica imobiliária, que com a construção de 16 novos conjuntos residenciais, contribuiu com um número em torno de 4.000 novas unidades residenciais para o município, todos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Dentre os aspectos levantados, estão informações referentes as alterações na Legislação Urbana municipal, o papel do Marketing na construção de um ambiente favorável a dinamização do setor. Dentre as fontes de informações, destacamos a aplicação de questionários e realização de entrevistas com os vários atores envolvidos na constituição do novo mercado imobiliário (representantes da prefeitura, incorporadores, corretores, compradores de imóveis e moradores da cidade), informações que serão discutidas nesse artigo.

antigos da cidade e compradores de imóveis, sobre o que pensam com relação a nova imagem da cidade e a esse novo momento de mudanças - de visibilidade, de investimentos, de novos projetos, etc. - provocadas, direta ou indiretamente pela Copa.

1. O novo momento da urbanização capitalista: mercado imobiliário, megaeventos e grandes projetos urbanos.

Antes de tudo é preciso caracterizar o contexto em que se insere a questão da nova dinâmica territorial. O novo momento da urbanização capitalista, onde a necessidade por investimentos de grande volume com retorno de longo prazo, vem transformar a cidade no principal elemento da reprodução do capital, tem o mercado imobiliário como um dos principais agentes na manutenção desse ciclo, sobretudo quando assume novas feições e uma nova escala, representada através dos empreendimentos imobiliários de grande porte (HARVEY, 2011).

Nessa mesma linha, os megaeventos esportivos funcionam igualmente como mecanismos que impulsionam a (re)construção das cidades em favor do capital, sendo os Grandes Projetos Urbanos (GPU), estratégias recorrentes no urbanismo contemporâneo, representando a face prática do planejamento estratégico - e competitivo - das cidades e induzindo novas dinâmicas territoriais, provocando assim rupturas de diversas naturezas na cidade (VAINER, OLIVEIRA e NOVAIS LIMA JR., 2012).

Tal modelo de ocupação urbana - complexos imobiliários na forma de bairros e cidades planejadas - tem se mostrado cada vez mais frequente na Região Metropolitana do Recife (Tabela 1), vindo na maioria das vezes como elementos que consolidam e legitimam os grandes polos de crescimento e investimento (Erro: Origem da referência não encontrada), nas cidades, como no caso do Complexo Portuário de SUAPE (CIPS), no Cabo e em Ipojuca - ao Sul -, e a Fábrica da FIAT e o polo Farmacológico, em Goiana, - ao Norte - onde a recente dinâmica de crescimento desses polos de atração estimularam a construção de novas habitações e, conseqüentemente, o surgimento e/ou dinamização de novos braços do mercado imobiliário.

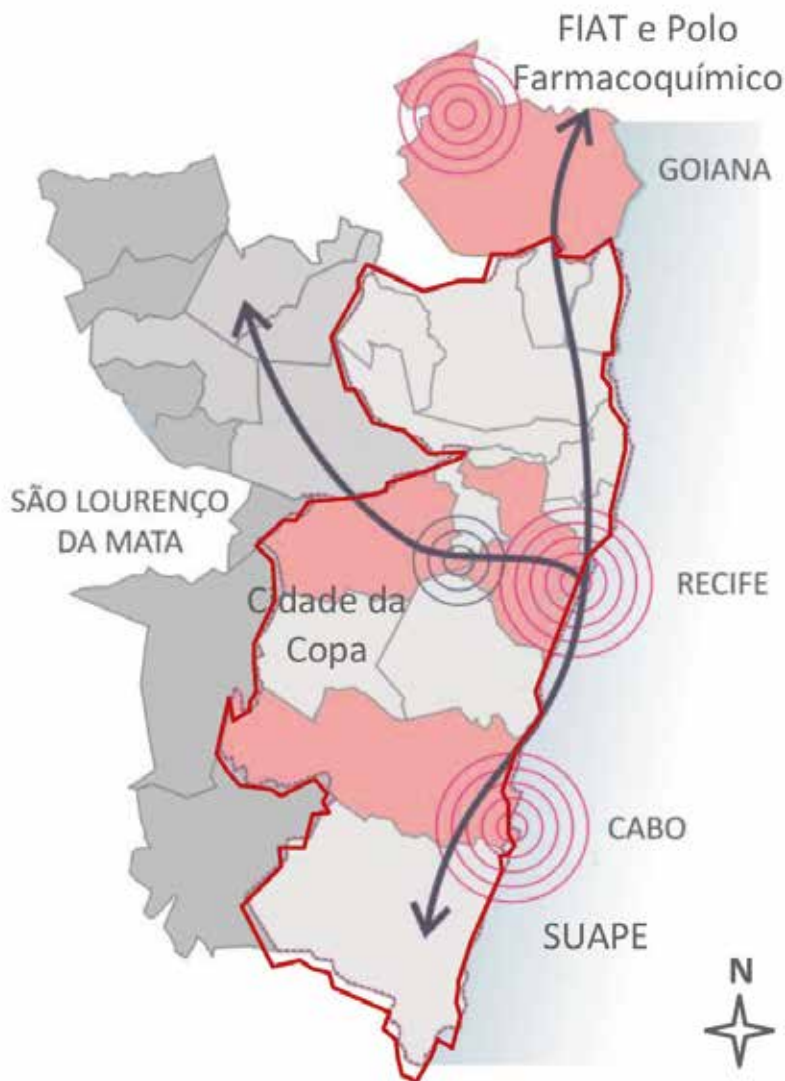
Tabela 1: Empreendimentos de Cidades Planejadas em PE e Sistema de Consórcio entre Grupos empreendedores

| EMPREENDEMENTOS – CIDADES PLANEJADAS | | |
|--|--|-------------------------|
| EMPREENDEMENTO | EMPREENDEDORES | LOCAL |
| ATLÂNTICA | Cavalcante Petribu, GL Empreendimentos, Moura e Queiroz Galvão | Goiana |
| NORTHVILLE ² | AWM Engenharia, São Bento Incorporações e CA3 Construtora. | Goiana |
| CONVIDA SUAPE | Moura Dubeux e Cone S.A. | Cabo |
| SEM NOME DEFINIDO | Rio Ave empreendimentos | Cabo |
| RESERVA DO PAIVA ³ | Odebrecht Participações e Investimentos | Cabo |
| CIDADE NOVA ¹ | Cyrela Brazil Realty e Queiroz Galvão. | Ipojuca |
| CIDADE DA COPA ² | Odebrecht Participações e Investimentos | São Lourenço da Mata |
| RESERVA SÃO LOURENÇO ³ | Pernambuco Construtora | São Lourenço da Mata |
| SEM NOME DEFINIDO ³ | Cavalcante Petribu | São Lourenço da Mata |
| SEM NOME DEFINIDO (Complexo imobiliário ao redor do CAMARÁ SHOPPING) ³ | FMSA (Formada por A.B. Côte Real, Romarco, Casa Grande Engenharia, Consulte Engenharia e MASF. | Camaragibe |
| ALPHAVILLE PERNAMBUCO ² | Alphaville Desenvolvimento Urbano | Jaboatão dos Guararapes |

¹ Nome preliminar / ² Complexos já anunciado / ³ Informação atualizada

Fonte: Editora Arte/JC (Jornal do Commercio) *apud* LEAL, 2012. Informações atualizadas pela autora.

Cartograma 1: Região Metropolitana do Recife e os Polos de dinamização econômica.



Fonte: Autora.

No caso de São Lourenço da Mata, o projeto da “Cidade da Copa”, ao contrário do que ocorre nas demais localidades, não está vinculado a nenhum polo de desenvolvimento econômico preexistente, mas a própria nova centralidade urbana é utilizada como argumento para

gerar nova dinâmica (SECOA, 2014). E, apesar de manterem o mesmo caráter de incorporar ao território novas infraestruturas, novos equipamentos, as motivações para implantação diferem no propósito: as demais “cidades planejadas”, visam atender uma demanda por habitação e infraestrutura urbana em decorrência da dinamização econômica; a “Cidade da Copa”, visa atrair investimentos a partir de sua implantação (BRANDÃO, MORIEL, FREIRE, 2012.).

Como apresentado por RAMALHO (2014), no primeiro capítulo deste livro, as soluções urbanas associadas a esse processo de reestruturação, são resultantes de uma postura empreendedorista dos governos, onde a perspectiva de *city marketing* aposta na escala e na inovação das intervenções urbanas, buscando atrair cada vez mais investimentos e assim permitir o desenvolvimento das atividades capitalistas. E complementa:

“[...] e o empreendedorismo enfoca muito mais a economia política do lugar que a do território. Ou seja, o território está atrelado a projetos de moradia, educação etc., com o objetivo de melhorar as condições sociais da população. No lugar, se vende a melhoria da imagem da cidade justificada como uma maneira de obter benefícios para a população do território (HARVEY, 2001).”

Cabe lembrar que o desenvolvimento da atividade capitalista está notadamente voltada a constituição de novos mercados consumidores (HARVEY, 2011; CALÁBRIA, 2009). Assim, no caso do mercado imobiliário, atrair consumidores significa atrair consumidores potenciais para novos territórios, estando assim, a promoção imobiliária estritamente relacionada a promoção do lugar, fazendo deste um bem de consumo.

Nesse sentido, para atrair investimentos de qualquer natureza, a construção de uma boa imagem se torna fundamental para a promoção do lugar e de seu potencial, tendo o marketing papel fundamental na construção de propostas influenciadoras do desenvolvimento (ALMEIDA, 2004), dando a cidade maior visibilidade e atraindo o interesse de investidores, para que assim possa se desenvolver econômica e socialmente.

2. A construção de uma nova imagem da cidade

A vivência de um novo momento de grandes intervenções e visibilidade em função da realização da Copa do Mundo, inseriu o município de São Lourenço no mapa dos territórios de interesse ao capital imobiliário, que encontrou no município grande potencial para o desenvolvimento do setor, com o que inclui: Grande disponibilidade de terras, Legislação urbana favorável, déficit habitacional, e, de forma assessoria, as facilidades do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (MELLO, 2014).

No entanto, vale salientar, que dos vários fatores que contribuíram para a consolidação desse novo contexto – fora as obras de mobilidade e a construção da “Cidade da Copa”, já citadas no primeiro capítulo desse livro –, merece destaque a transformação da imagem do lugar.

Tal como ocorre no universo dos megaeventos esportivos, que se desenvolvem como mecanismos de estímulo ao consumo, envoltos pela áurea simbólica que envolve o esporte (BRANCO, ABONIZIO, 2012), a ideia de “Copa”, assume em São Lourenço significados e formatos diversos, sempre voltados para o consumo – seja do mercado, seja do produto cidade.

Nesse contexto, a “Cidade da Copa”, enquanto representação física do que seria o maior legado do Copa do Mundo de 2014 (LESSA, 2012), envolta de simbologia e significado, assume a dianteira no processo de transformação de um território, não apenas pela proposta de se tornar uma nova “centralidade”, mas por dar visibilidade e atribuir novos valores ao lugar, a partir do momento em que é apropriada como símbolo – de desenvolvimento, de crescimento e oportunidade – nas atividades de marketing, seja pela prefeitura, seja pelo mercado; e entendida de diferentes formas pelo público, como veremos a seguir.

Partindo da premissa de que o fator “Copa” é apropriado de diferentes formas pelos “agentes” – no nosso caso, prefeitura e investidores privados - da cidade através do marketing, características simbólicas diversas são assumidas e, conseqüentemente, surgem significações diferentes para cada ator-consumidor, a que a mensagem se destina.

A primeira forma de apropriação do símbolo Copa, surge através do novo título assumido pelo município: “*São Lourenço da Mata, Cidade da Copa*”, que passa a representar, além do novo momento de opor-

tunidades e desenvolvimento econômico que se abre diante da realização da Copa do Mundo, a suplantação de aspectos negativos que já marcavam o nome da cidade. Tal perspectiva, além de envolver possíveis investidores, gera grande expectativa por parte da população com relação a possíveis melhorias na qualidade de vida.

A segunda forma de apropriação simbólica é exercida de diferentes formas e meios, a partir da atividade de marketing desenvolvida para promover diversos empreendimentos imobiliários no município. Essa estratégia, tem como fim despertar o interesse de possíveis compradores a partir da vinculação do produto imobiliário a algo grandioso, promissor e de qualidade. Tal perspectiva, além de garantir o sucesso dos empreendimentos, gera maior valorização do produto imobiliário, além de possibilitar que o setor se firme na conquista de um novo mercado.

2.1. “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a mudança da imagem como ferramenta institucional

Como temos dito, para falar da nova dinâmica em São Lourenço da Mata, inevitavelmente passamos pela transformação da imagem da Cidade. Até pouco tempo, o município era chamado em tom de brincadeira de “São Lourenço da Morte” por seus moradores, fazendo referência à violência, aspecto que se sobrepunha à outras características do local. Com a realização da Copa do Mundo, no entanto, a gestão pública municipal encontrou algo que pudesse transformar a imagem negativa da cidade, associando a realização do evento como *slogan* do município.

“Eu tô te falando do ponto de vista da comunicação. Qual era o espaço que São Lourenço tinha na comunicação? Era de assassinato, de roubo, de tudo, por isso que ela era conhecido como ‘São Lourenço da Morte’. Hoje em dia, São Lourenço é conhecido como a ‘Cidade da Copa’. Então do ponto de vista da comunicação, você vê a diferença.”

(Sec. Renata Gondim, em entrevista concedida no dia 07/07/2014)

A ideia de nova identidade da cidade, é uma iniciativa da prefeitura, como forma de tornar oportuna a realização do evento, ampliando a visibilidade da cidade, promovendo as potencialidades que o município tem a fim de atrair novos investimentos:

“Esses slogans são criados pra chamar atenção, pra criar impacto, pra você criar um visual (...) Quando você cria o nome “Cidade da Copa” você valoriza, você cria uma coisa grandiosa, um status. Lá você tem o estádio.”
(Sec.IVALDO BELTRÃO, em entrevista concedida no dia 03/07/2014)

Logo o título “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”, foi incorporado pela prefeitura (Figura 1) e reconhecido pela população como uma nova identidade da cidade (Figura 2) o que trouxe consigo a expectativa de transformação e melhorias.

Figura 1: Site da Prefeitura de São Lourenço da Mata. Sobre a conquista do município como cidade sede do mundial



Fonte: <http://www.slm.pe.gov.br/cidade_copa, 2014>.

Figura 2: “São Lourenço da Mata - Cidade da Copa”,
em taxi comum do município



Fonte: Germana Santiago, 2012.

Segundo a Secretária de Comunicação social e institucional do poder público municipal, Renata Gondim, a visibilidade trazida pela Copa do Mundo, trouxe investimentos que São Lourenço da Mata não receberia nos próximos 50 anos, e que, apesar das expectativas de parte da população girar em torno do desenvolvimento do potencial turístico da cidade – aspecto que, no entanto, não poderia ser trabalhado num curto espaço de tempo - o maior ganho para o município foi e será econômico.

Vale lembrar que, apesar de ser apenas um *slogan*, a frase representa o novo momento que a cidade vive. Para muitos, o momento da oportunidade de transformação do local, seja através do desenvolvimento econômico, da abertura de um novo mercado, da vinda de novos investimentos, seja através das melhorias de infraestrutura e da qualidade de vida de quem já vive a cidade há muito tempo. O fato é que o *slogan* cria em todos os envolvidos uma determinada expectativa que pode ser atendida, superada, ou até mesmo frustrada, gerando em cada sujeito uma perspectiva de oportunidade diferente.

Nesse caso, a nova imagem do município se tornou bastante positiva e oportuna, atraindo investimentos nos vários setores da economia, tendo o mercado imobiliário formal significativa presença na região - território até então pouco expressivo no setor - este também fazendo uso do símbolo “Copa” para promover seus produtos.

2.2. Marketing habitacional: O consumo do produto imobiliário e do produto cidade

Conforme aponta LACERDA (1997) as escolhas inerentes ao consumo do produto habitacional, por vezes são feitas em função da representação social da localidade. Essa colocação, no entanto, se refere a um contexto de mercado já estabelecido em áreas cuja imagem está historicamente associada as hierarquias sociais estabelecidas, aspecto que está estreitamente relacionado à composição da paisagem, ao reconhecimento do lugar e as relações que nele se estabelecem.

O nosso objeto, no entanto, se enquadra num contexto de consolidação de um novo mercado, onde fatores relacionados ao lugar propriamente dito – suas qualidades naturais, locacionais e históricas – são trabalhadas de maneira secundária, visto que, aos olhos do mercado e dos potenciais consumidores, a localidade não era, até pouco tempo, reconhecida como local potencial para compra/venda de imóveis⁴.

Nesse sentido, conforme aponta o corretor de imóveis Enildo Gregório, a proposta de construção da “Cidade da Copa” teve num primeiro momento, papel decisivo na consolidação desse mercado:

“Certamente, como eu disse antes, além de São Lourenço dispor de uma reserva de mata muito significativa e qualidade de ar muito bom, pesou o fato sim, da busca ter sido empreendida por aqueles que entenderam que a Cidade da Copa era a bola da vez como setor imobiliário.”

(Enildo Gregório, em entrevista concedida no dia 07/07/2014)

A utilização do símbolo – Copa – para atrair interesses e agregar valor ao produto imobiliário, foi recorrente em grande parte dos empreendimentos imobiliários lançados entre 2010 e 2014, quando pelo menos 10 dos 16 novos empreendimentos faziam algum tipo de menção a Copa do Mundo (Figura 3), à “Cidade da Copa” ou à Arena Pernambuco (Figura 4 e Figura 5) como forma de atribuir valor e chamar atenção para seu produto.

⁴ Até pouco tempo São Lourenço da Mata sequer aparecia no Índice de Velocidade de Vendas da Região Metropolitana do Recife, não tendo qualquer tipo de empreendimento imobiliário sendo construído em seu território. Segundo documentos disponíveis no site da Associação das empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI), apenas em 2012, os primeiros imóveis são lançados, totalizando um número de 1.664, sendo destes 1.408 vendidos no mesmo ano (FIEPE, 2012).

Figura 3: Panfleto promocional, Conjunto Residencial, em SLM (2012)



Fonte: Produto promocional. Divulgação. Feirão da Caixa, 2012.

Figura 4: Panfleto promocional, Bairro Planejado, em SLM (2012), caracterizando o apelo de marketing da “Cidade da Copa”



Fonte: Produto promocional. Divulgação. Feirão da Caixa, 2013.

Figura 5: Imagem do site de construtora do empreendimento.
“Para toda a família morar dentro da Cidade da Copa”.
Residencial próximo a BR-408.



Fonte: Site, 2014.

Dessa forma a ideia de consumo da “Copa” ou da “Cidade da Copa” como parte “acessória” do produto imobiliário, faz parte de uma estratégia de marketing para a consolidação de um novo mercado, que busca autonomia diante das condições favoráveis encontradas no município. Nesse processo, oferta e demanda se alimentam das necessidades e aspirações dos atores envolvidos para atingir suas próprias expectativas.

Nesses casos, o marketing habitacional além de dar evidência ao produto, acaba por promover também a localidade (o município), o que nos faz supor que tal estratégia teve papel decisivo para que o mercado imobiliário pudesse se instalar no território, consequentemente valorizando e ampliando sua área de atuação.

Tal aspecto, dada a transitoriedade do evento e ao fato de que a nova centralidade propriamente dita ainda tomará tempo para se consolidar, remete à uma proposta de criação de um mercado de oportunidade que se antecipa ao desenvolvimento prometido para se inserir e se consolidar, ainda que posteriormente tenha que se adaptar a uma demanda constituída de outras exigências. Ainda que a longo prazo o fator Copa deixe de contribuir para atrair essa demanda, como aponta um corretor local:

“Particularmente falando, acredito que as vendas cairão, certamente, porque tinha um componente a mais nas vendas em função desse tipo de alegação, mas quando acontecer o consumo certamente nós teremos aqui

milhares de pessoas morando. (...) Os preços certamente, já estão estabilizados, mas a procura deverá cair.”

(Enildo Gregório, em entrevista concedida no dia 07/07/2014)

A oportunidade, por sua vez, é vista também por consumidores, como sendo uma ponte ao retorno de investimentos, aspecto que se evidencia no elevado número de pessoas que alegam ter comprado os imóveis para investir (e não morar)⁵, com a expectativa de que ao longo do tempo os imóveis adquiridos se valorizem, a partir da efetiva consolidação da “Cidade da Copa”. Com essa perspectiva posta, como coloca CALÁBRIA (2009): “*Pode-se, então, entender a maior preferência para investimentos nas localizações com maior simbolismo social.*”

Como nosso objetivo a princípio não envolve questões econômicas, consideramos importante conhecer e caracterizar o significado simbólico absorvido pela população – compradores e moradores da cidade – construído a partir das estratégias de marketing utilizadas, identificando assim, como esses símbolos foram construídos no imaginário popular.

3. A copa para quem vive a cidade

Discutir a dinâmica territorial recente de São Lourenço da Mata, sobretudo no que diz respeito a nova dinâmica imobiliária que se instala no município, de nada faria sentido se não nos ativésemos a compreender os atores principais desse processo. Se nos recorrermos à MANZO (1969), que diz, após discorrer sobre as definições de mercado numa perspectiva econômica, que, de maneira sintética, “mercado são pessoas”, consideraremos essencial conhecer quem são e o que pensam os atores envolvidos no processo de produção, comercialização e consumo do produto imobiliário e do produto cidade, sobretudo com relação a suas perspectivas.

Como já foi dito, entendemos que o fator “Copa”, foi utilizado de formas distintas na constituição da nova imagem do município, tanto pelo poder público municipal, sendo disseminada entre os partícipes da cidade; quanto pelo investidor privado, como forma de promover a venda de produtos imobiliários.

⁵ Segundo a pesquisa, 9 em 16 entrevistados, compraram imóveis para revender ou investir (MELLO, 2014).

Aceitar que o novo título tivesse sido reconhecido da mesma forma, por cada um desses atores, significaria assumir que a imagem da cidade constituída por eles seria a mesma, assumindo que todos estabelecem os mesmos tipos de relações – de vivência, de experiência, de sentimentos, de valores – com a cidade. Tal postura não faria sentido, uma vez que cada ator – representantes do governo, investidores, munícipes e pessoas de fora - assume um papel diferente diante do todo que configura a nova dinâmica territorial e a própria cidade.

Nesse sentido, considerando a importância de medir a forma como a Copa foi apropriada pela população, foi realizada no âmbito da pesquisa “*Transformações na dinâmica territorial de São Lourenço da Mata: da cidade da copa aos novos empreendimentos imobiliários*” (MELLO, 2014) a aplicação de questionários e entrevistas aos vários atores envolvidos na nova dinâmica territorial do município de São Lourenço da Mata, sendo eles: representantes da prefeitura, corretores de imóveis, moradores da cidade e compradores de novos empreendimentos imobiliários.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da aplicação de questionários semiestruturados, e para este artigo contaremos com resultados parciais referentes a opinião de moradores antigos de São Lourenço da Mata e compradores de imóveis lançados na cidade. O objetivo da pesquisa residia em identificar quais as reais expectativas da população e dos compradores dos novos imóveis, com relação ao crescimento e desenvolvimento da cidade a partir da possibilidade de construção da “Cidade da Copa” no município.

Nesse sentido, nos ativemos a três questões:

- a) Quais as expectativas do entrevistado com relação a Cidade da Copa;
- b) Se ele acredita que terá alguma vantagem pessoal a partir da construção da Cidade da Copa em São Lourenço da Mata;
- c) Se concorda com a afirmativa: “São Lourenço da Mata é a Cidade da Copa”.

Como colocado anteriormente, mesmo sendo apenas um *slogan*, a frase “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”, ou mesmo a utilização do símbolo Copa pelo setor imobiliário, pode apenas representar o novo momento que a cidade vive, bem como, por outro lado, pode também significar expectativas e frustrações consequentes do envolvimento de cada ator social com o que o símbolo “Copa” significa.

Expectativas com relação a cidade da copa

A maioria das pessoas entrevistadas (14 dentre 19) veem a construção da Cidade da Copa como algo positivo para a cidade, destacando seu papel fundamental para o desenvolvimento do município e em especial o fato de ser essa uma boa alternativa para que São Lourenço da Mata adquira certa autonomia em relação ao Recife: “Se o projeto realmente sair do papel, vai ser um grande desenvolvimento pra área e ainda poderá desafogar o Recife.”. Segundo um dos compradores de imóvel quanto as suas expectativas:

“As melhores possíveis. Principalmente a descentralização: eu não tenho que estar no caos de Recife para ter acesso a centros de compras, universidade, enfim. Depois dessa questão veio a questão de qualidade de vida. Desistimos de investir e decidimos morar.”

Nesse sentido, a facilidade de acesso (vias) e a existência de equipamentos voltados à saúde e ao ensino são outros pontos fortes do projeto, aspectos que, segundo o entrevistado, podem ser favorecido pelo aumento da demanda:

“A movimentação de visitantes e o aumento da procura por moradias deve ser um fator positivo, pois acredita-se que haverá a disponibilização de melhores hospitais, escolas e etc. Para suprir a nova necessidade.”

Apesar disso, outras pessoas ainda duvidam do potencial de transformação da intervenção, uma vez que até o momento nada foi concretizado alegando que “Se ficar pronto um dia não vai impactar em nada para o município. Lembra da copa? São Lourenço nem parecia a cidade da copa. Teremos São Lourenço Velho e esse aí o São Lourenço Novo. É mais Recife e Camaragibe do que São Lourenço.”, enquanto outro complementa: “Hoje não sei mais qual seria a minha expectativa em virtude do atraso das obras e da copa em si já ter acabado.”

Vantagem pessoal a partir da construção da Cidade da Copa

Dentre as pessoas que participaram da pesquisa, 15 dentre os 19 entrevistados veem algum tipo de vantagens pessoal a partir da construção da Cidade da Copa. Dentre as vantagens apontadas, cabe destaque a grande presença (6 ocorrências), de pessoas que relacionam a construção da nova centralidade com a perspectiva de valorização do imóvel recém adquirido.

Algumas pessoas novamente reforçaram a importância da nova centralidade urbana para garantir que São Lourenço da Mata pudesse criar mais autonomia com relação a capital Recife, a partir do momento em que ofertasse mais opções de comércio e serviços, além de acesso à saúde, educação e emprego: “*O município deixaria um pouco da dependência de fazer tudo em Recife, como por exemplo Faculdades, Supermercados, etc.*” Outros, apontam que a grande contribuição da nova centralidade, será em garantir melhor qualidade de vida às pessoas da cidade, alegando que com a construção do novo núcleo urbano planejado “*São Lourenço tornar-se-á um lugar melhor para viver.*”

Dentre as pessoas que alegam não haver vantagem alguma com a construção da Cidade da Copa, apenas uma justifica a resposta, colocando que “*Para São Lourenço é uma coisa vazia. É tão distante da centro.*”, fazendo referência distância que existe da localização do empreendimento em relação ao núcleo urbano já consolidado.

São Lourenço da Mata é a Cidade da Copa?

Dentre as pessoas que responderam ao questionário, apenas 2 dentre 19 concordam com a frase “São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”, alegando que o título é válido “*Porque foi ela que dentre tantas outras cidades que podiam receber a Arena e a Cidade da Copa, que recebeu*”, e ainda “*Por que foi a contemplada com uma das maiores obras de infraestrutura jamais vista no Estado.*” Como vemos, apontando motivos relacionados exclusivamente à escolha da Cidade para receber a construção da Arena e possivelmente à “Cidade da Copa”.

Entre os demais, as justificativas contrárias estão relacionadas a vários aspectos, conforme mostrado na Tabela 2, sendo importante destacar que o fator “Copa”, assume diferentes interpretações, permitindo assim que as respostas fossem dadas tendo diferentes referências, no caso: *São Lourenço da Mata*, a *Cidade da Copa* e o *Evento*.

De acordo com as respostas podemos observar que, as expectativas com relação à *São Lourenço da Mata* e o mundial, giram em torno de investimentos e infraestruturas (7 ocorrências), reforçando na maioria das vezes a *negativa* de que tais expectativas tenham sido alcançadas, embora uma das entrevistadas, apesar de não concordar com o título, tenha destacando de maneira enfática o fato de São Lourenço não ter de fato “participado” da Copa:

“Eu não concordo. (...) Eu acho que trouxe muitos benefícios, como eu te disse, não para São Lourenço especificamente, mas para Pernambuco, porque essas construções de BR mesmo, facilita a vida de todo mundo. Eu acredito que ao longo de 30 anos não seriam construídas tantas coisas como foram feitas, por causa da Copa aqui.”

Alguns moradores não veem sentido no título uma vez que compreendem e deixam clara a distinção morfológica entre a “Cidade da Copa” e a cidade preexistente (4 ocorrências), colocando que “*A Cidade da Copa é um mundo totalmente diferente, dentro do universo de São Lourenço da Mata.*”, ou ainda que é apenas um bairro da cidade e que ainda não está concluída.

Outras pessoas associam o título unicamente a realização da Copa na cidade, reconhecendo a transitoriedade inerente ao evento e seus investimentos, ou ainda que nem mesmo tendo a Arena em seu território a cidade de fato participou da Copa, como aponta um dos entrevistados: “*Por que não existiu Copa nessa cidade. Nenhuma melhoria. Só umas bandeiras solitárias em cima do viaduto.*”, enquanto um outro afirma que “*A cidade não teve vantagem alguma, apenas o nome divulgado em rede nacional que não significa nada.*”

É interessante destacar que uma das entrevistas fez referência direta à permanência da identidade anteriormente atribuída a cidade, quando diz que “*A ‘São Lourenço da Morte’ nunca deixa de existir.*”, na intenção de mostrar que nada mudou na cidade apesar de toda a propaganda.

Tabela 2: Porque São Lourenço da Mata não é a Cidade da Copa - Compradores Imóveis.

| COLOCAÇÃO | A QUE SE REFERE | COMO SE REFERE | EM QUE SENTIDO |
|--|-----------------|----------------|----------------|
| Não. Acredito que são entidades diferentes. | São Lourenço | Distinção | Morfologia |
| Não percebo ter sido criado infraestrutura suficiente para acolher a quantidade de novos moradores e visitantes. | São Lourenço | Não teve | Investimento |
| Não está estruturado. | São Lourenço | Não teve | Infraestrutura |
| Pouco ganhou com isso. | São Lourenço | Não teve | Investimento |
| A "São Lourenço da Morte" nunca deixa de existir. | São Lourenço | Não muda | Símbolo |
| Nenhuma melhoria. | São Lourenço | Não teve | Infraestrutura |
| A cidade não teve vantagem alguma. | São Lourenço | Não teve | Benefícios |
| Apenas o nome divulgado em rede nacional que não significa nada.” | São Lourenço | Exclusivamente | Divulgação |
| Não. Mas eu acredito que ao longo de 30 anos não seriam construídas tantas coisas como foram feitas, por causa da Copa aqui. | São Lourenço | Teve | Infraestrutura |
| A Cidade da Copa é um mundo totalmente diferente, dentro do universo de São Lourenço da Mata. | Cidade da Copa | Distinção | Morfologia |
| Cidade da Copa é só um bairro. | Cidade da Copa | Distinção | Morfologia |
| Pois o projeto ainda está no papel. | Cidade da Copa | Não concluída | Morfologia |
| Trouxe muitos benefícios, não para São Lourenço especificamente, mas para Pernambuco, | Evento | Trouxe | Benefícios |
| A Copa desenvolve-se em vários locais, ou seja, não se limita a uma só cidade. | Evento | Distinção | Localização |
| Porque a Copa já aconteceu. | Evento | Passou | Momento |
| A cidade é São Lourenço da Mata, a copa não foi obra dela e sim do Brasil. | Evento | Não exclusivo | Investimento |
| Por que não existiu Copa nessa cidade. | Evento | Não existiu | Localização |
| Não concordo. | - | - | - |

Fonte: Autora.

De maneira geral, os resultados apontam para uma insatisfação por parte dos antigos e novos moradores da cidade, com relação as expectativas que traçaram a partir da realização do evento, sobretudo no que diz respeito à investimentos e melhorias na infraestrutura urbana. Reforçando num outro campo do questionário: *“Só uma sugestão para o prefeito da cidade: cuide melhor da mesma porque, já se sabe que, só com o estádio, não vai haver desenvolvimento.”*

4. Considerações finais

A Copa do Mundo, apesar de ser um acontecimento pontual, passa a assumir um papel decisivo na transformação urbana da cidade de São Lourenço da Mata, a partir da proposta de construção da Arena Pernambuco e da “Cidade da Copa”, não apenas pelas intervenções propriamente ditas, mas pela visibilidade que atrai para o lugar e pela força, alcance e poder de atração que o evento tem.

Nesse sentido, é importante destacar o papel fundamental que o marketing, enquanto ferramenta social e empresarial, apoiado no “fator Copa”, vem exercer na consolidação do lugar como novo mercado de atuação do capital, dotando os empreendedores privados de material suficiente para associar seu produto a algo com amplo alcance e força de valorização. A ação do marketing contribuiu de forma decisiva para que se estabelecesse uma nova dinâmica territorial, passando o setor imobiliário a ter expressiva atuação no município, contribuindo ainda para a manutenção da ideia de desenvolvimento e crescimento da cidade.

Para além de servir de impulso para uma transformação real do território, a construção de uma nova imagem da cidade de São Lourenço da Mata, abriu caminhos para que moradores locais passassem a criar expectativas com relação as melhorias que poderiam acontecer na cidade por conta do evento, enquanto pessoas de diferentes lugares passassem a ver no município um bom lugar para morar e investir:

“Quando, naquele momento, se falava na cidade da copa, de um grande evento que passaria por aqui a autoestima do povo da cidade foi lá pra cima. Hoje algumas pessoas reclamam, dizem que poderia ter acontecido muito mais coisa dentro da cidade.”

(Sec. Ivaldo Beltrão, em entrevista concedida no dia 03/07/2014)

Como bem aponta o secretário de planejamento e infraestrutura, passado o evento também fez mudar as expectativas dos moradores da cidade por não terem percebidos mudanças reais refletidas na cidade. Como aponta Rosenilda (2014) “*Para a cidade de São Lourenço é uma coisa meio vazia, a Copa.*”, revelando o distanciamento que existe entre a imagem que se promove do local e a realidade vivida no dia-a-dia dos munícipes.

Apesar disso é notória a grande expectativa que permanece em parte dos moradores da cidade com relação ao potencial que a “Cidade da Copa” tem, em transformar a cidade de São Lourenço da Mata em um local melhor de se viver, dotando o lugar de infraestrutura, comércio, serviços e equipamentos que possam tornar a cidade autônoma.

Nesse sentido, para além da grande oportunidade que se cria para o crescimento e desenvolvimento da cidade, a chegada de grandes investimentos e grandes intervenções traz consigo o desafio de promover um desenvolvimento integrado e um crescimento equilibrado da cidade. Para isso a preocupação do governo deve residir na elaboração de políticas públicas que venham garantir acesso a melhores condições de vida às pessoas e de instrumentos de regulação urbana que, mesmo incentivando a vinda de novos investimentos, venham inibir um crescimento desigual e garantir de maneira plena o direito a cidade.

Referências

- ALMEIDA, Clarinda da Costa. *O marketing das cidades*. Revista Gestão e Desenvolvimento, nº 12, Universidade Católica Portuguesa, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9052>> Acessado em: 29 de julho de 2014.
- BELTRÃO, Ivaldo. *Entrevista concedida a autora em 03 de julho de 2014*. [Entrevista escrita]. 2014.
- BRANCO, Ramachandra. ABONIZIO, Juliana. *A Aura da Copa do Mundo de Futebol: Um Ensaio Sobre o Valor do Futebol na Sociedade de Consumo e Suas as Implicações no Campo do Trabalho*. 2º Encontro de GTs – Comunicon, São Paulo, 2012.
- BRANDÃO, Zeca. MORIEL, Luís. FREIRE, Vera. *Copa*. In: Núcleo Técnico de Operações Urbanas: Estudos 2007 – 2010. BRANDÃO, Zeca. (org) Recife: CEPE, 2012.

CALÁBRIA, Erika M. M. R. *A idéia de natureza na promoção imobiliária: o caso do Recife*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE), 2009.

FIEPE – Unidades de Pesquisas Técnicas. *Índice de Velocidade de Vendas*. Ano XVII, nº 12. Dezembro/2012.

GONDIM, Renata. *Entrevista concedida a autora em 07 de julho de 2014*. [Entrevista escrita]. 2014.

GREGÓRIO, Enildo. *Entrevista concedida a autora em 07 de julho de 2014*. [Entrevista escrita]. 2014.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2001.

_____, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

LACERDA, Norma. A produção social dos interesses fundiários e imobiliários. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 1, p. 221-243, 1997.

LEAL, Suely M. R. “*Cidades Planejadas e Inteligentes*” – Governança corporativa e Megaempreendimentos imobiliários em municípios metropolitanos e de pequeno porte em Pernambuco. Projeto de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, 2012.

LESSA, Marcos. *Cidade da Copa – 1ª Smart City da América Latina*. 2012. 31 slides: color.

MANZO, José M. C. Marketing: Uma ferramenta para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MELLO, Germana M. S. *Transformações na dinâmica territorial de São Lourenço da Mata: da Cidade da Copa aos novos empreendimentos imobiliários*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE), 2014.

SECOPA. *Legado Social das Copas em Pernambuco*. Disponível em: <<http://www.secopa.pe.gov.br/attachments/Legado-social-das-Copas-em-Pernambuco.pdf>> Acessado em: 27 de julho de 2014.

VAINER, Carlos. NOVAIS LIMA JR., Pedro. OLIVEIRA, Fabrício. *Notas metodológicas sobre a análise de grandes projetos urbanos e a legitimação de novas formas de produção do território*. In: Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Org: OLIVEIRA, Fabrício. (org.) [et al.] – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

“São Lourenço da Mata, Cidade da Copa”: a (re)construção da imagem da cidade...

Esta obra foi impressa na gráfica e editora Oficina de Livros.
Utilizou-se o papel polen soft 80g/m² e a fonte ITC-NewBaskerville, corpo 11/14.
Rio de Janeiro, abril de 2015.



METROPOLIZAÇÃO
e MEGAEVENTOS



ISBN 978-85-6184-364-9



9 788561 843649



Oficina de Livros